



**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE
JUNHO DE DOIS MILE TREZE.**

----- No dia vinte e quatro de junho de dois mil e treze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

-----A Sessão teve início às quinze horas e trinta minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: ALDINA DA CONCEIÇÃO F. DE JESUS ALMEIDA (justificada), ANA CRISTINA ESTEVES DA SILVA, JOSÉ ANTÓNIO ESTEVES CORREIA, JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO (justificada), Para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito:

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas entidades e partidos políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– A Senhora Deputada Municipal Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida remete via correio eletrónico, solicitação de justificação das faltas da Assembleia Municipal Extraordinária de 25 de abril 2013 e AM Ordinária de 26 de abril de 2013.-----

– A Senhora Deputada Municipal Helena Maria Vala Correia remete solicitação de justificação de falta à Assembleia Municipal Extraordinária de 25 de abril 2013.-----

– O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bodiosa, António José A. L. Oliveira, remete via correio eletrónico, solicitação de justificação da falta à Assembleia Municipal Ordinária de 26 de abril de 2013.-----

– O Senhor Deputado Municipal Armando Nuno dos Santos Gomes, remete via correio eletrónico, solicitação de justificação da falta à Assembleia Municipal Ordinária de 26 de abril de 2013.-----

– O Senhor Deputado Municipal José dos Santos Costa remete via correio eletrónico, solicitação de justificação das faltas da Assembleia Municipal Extraordinária de 25 de abril 2013 e Assembleia Municipal Ordinária de 26 de abril de 2013.-----

– O Senhor Pedro Ramos Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, encarregado pela Senhora Deputada Paula Santos remete via correio eletrónico o texto da Declaração de Voto do PCP a propósito da PPL nº123/XII/2ª que procede à segunda alteração à Lei nº88-A/97, de 25 de Julho.-----

– O Senhor Deputado Municipal Tiago André de Andrade Coelho Pinhel remete solicitação de justificação da falta à Assembleia Municipal Ordinária de 28 de fevereiro 2013.-----

– O Senhor Deputado Municipal Marco Alexandre Ferreira Rodrigues remete solicitação de justificação da falta à Assembleia Municipal Extraordinária de 25 de abril de 2013.-----

– O Senhor Deputado Municipal Marco Alexandre Ferreira Rodrigues remete via correio eletrónico solicitação de pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês com efeitos a partir de 18 de junho 2013.

– O Senhor Deputado Municipal Carlos Fernando Ermida Rebelo remete solicitação de justificação da falta à Assembleia Municipal Extraordinária de 25 de abril de 2013.-----

– O Senhor Deputado Municipal Marco Alexandre Ferreira Rodrigues remete solicitação



- de alteração de morada.-----
- A Senhora Deputada Municipal Daniela Filipa Cardoso Pereira remete via correio eletrónico solicitação de pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês, solicitando a respetiva substituição.-----
 - A Direção Regional de Florestas do Centro na pessoa do seu Diretor de Departamento Dr. Rui Manuel da Costa Melo agradece o Convite enviado para a Sessão Extraordinária comemorativa do XXXIX Aniversário do 25 de Abril.-----
 - A Empresa Joaquim Guedes, Filhos e Genros, SA remete via correio eletrónico resposta ao orçamento solicitado para o transporte de alunos e professores das escolas do 1ºCEB de diversas freguesias do Concelho com destino à A.M. – Edifício Solar dos Peixotos.-----
 - A Empresa Berrelhas S.T.U.V. remete via correio eletrónico resposta ao orçamento solicitado para o transporte de alunos e professores das escolas do 1ºCEB de diversas freguesias do Concelho com destino à A.M. – Edifício Solar dos Peixotos.-----
 - O Agrupamento de Escolas Viseu sul remete via correio eletrónico o nome da Escola (EB1 de S. João de Lourosa) que vai representar o Agrupamento na A.M. Infantil.-----
 - A Empresa União do Satão remete via correio eletrónico resposta ao orçamento solicitado para o transporte de alunos e professores das escolas do 1ºCEB de diversas freguesias do Concelho com destino à A.M. – Edifício Solar dos Peixotos.-----
 - O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Orgens Manuel Almeida Pereira remete solicitação de justificação da falta à Assembleia Municipal de 26/04/2013.-----
 - A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões remete Relatório de Gestão e Prestação de Contas do exercício de 2012.-----
 - O Agrupamento de Escolas Zona Urbana de Viseu remete listagem dos nomes dos alunos que participarão na VIII Sessão da Assembleia Municipal Infantil.-----
 - O Colégio da Via-Sacra de Viseu remete listagem dos nomes dos alunos que participarão na VIII Sessão da Assembleia Municipal Infantil.-----
 - O Agrupamento Viseu Norte remete listagem dos nomes dos alunos que participarão na VIII Sessão da Assembleia Municipal Infantil.-----
 - O Agrupamento Escolas Viseu Norte remete atas dos alunos eleitos para representarem a Escola Básica de Abraveses e a EB Rolando de Oliveira na VIII Sessão da Assembleia Municipal Infantil.-----
 - O Agrupamento de Escolas Viseu Sul remete listagem dos nomes dos alunos da EB1 de S. João de Lourosa que participarão na VIII Sessão da Assembleia Municipal Infantil.-----
 - A Escola Básica Mestre Malho remete listagem dos nomes dos alunos que participarão na VIII Sessão da Assembleia Municipal Infantil.-----
 - O Partido Comunista Português remete via correio eletrónico Intervenção da Deputada Paula Santos na Sessão Plenária de 15 de maio sobre o Projeto de Lei nº 140/XII/2ª (GOV).-----
 - O Exmo. Sr. Deputado António Correia de Campos remete trabalhos recebidos em formato papel e DVD no âmbito do prémio “Viseu na Europa”.-----
 - O Partido Comunista Português remete via correio eletrónico Intervenção da Deputada Paula Santos na Sessão Plenária de 23 de maio sobre o Projeto de Lei nº /XII/2ª- 4ª Alteração À Lei nº91/95 Estabelece Processo de Reconversão das AUGIs.-----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete, “Regulamento Tabela e Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Viseu”.-----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete, Alteração ao GOP no Projeto 2012/503 e 2012/649 – “Conclusão do Saneamento Básico Bertelhe e Nelas”.-----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete, “Procedimento concursal comum, para o preenchimento de um número máximo de 3 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional – Artigo 66º da LOE 2013 – Renovação”.-----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete, “Procedimento Concursal Comum para Constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado de dois postos de trabalho, para a carreira e categoria de Assistente Técnico Área Funcional de



Construção Civil.....

- A Câmara Municipal de Viseu remete “ **Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um posto de trabalho, para a carreira e categoria de Técnico Superior / Área Funcional de Engenharia do Ambiente (Aviso nº 23196/2011 do Diário da República, 2º Série, nº 228 de 28 de novembro)** ”.....
 - A Câmara Municipal de Viseu remete “ **Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um posto de trabalho, para a carreira e categoria de Técnico Superior / Área Funcional de Desporto (Aviso nº 22624/2011 do Diário da República, 2º Série, nº 220 de 16 de novembro)** ”.....
 - A Câmara Municipal de Viseu remete “ **Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um posto de trabalho, para a carreira e categoria de Técnico Superior / Área Funcional de Engenharia do Ambiente (Aviso nº 22624/2011 do Diário da República, 2º Série, nº 220 de 16 de novembro)** ”.....
 - A Câmara Municipal de Viseu remete “**HABISOLVIS – Empresa Municipal de Habitação Social – Plataforma Eletrónica de Contratação Pública – Contrato-Programa**”.....
 - A Câmara Municipal de Viseu remete “**Consolidação de Contas da C.M.V., dos S.M.A.S. e da Habisolvis**”.....
 - A Câmara Municipal de Viseu remete “**Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Concelho de Viseu**”.....
 - A Câmara Municipal de Viseu remete “**Imposto Municipal Sobre Imóveis – IMI – Taxas**”.....
 - O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues remete via correio eletrónico solicitação da sua substituição por um período de 30 dias, a começar no dia 21 de junho de 2013 e a acabar no dia 16 de julho de 2013.....
 - A “A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda.” Remete documentos respeitantes à Revisão Legal das Contas Consolidadas do Município de Viseu.....
 - A Comissão Vitivinícola Regional do Dão, na pessoa do seu Excelentíssimo Presidente de Direção, Professor Doutor Arlindo Marques Cunha, agradece officiosamente participação do Excelentíssimo Senhor Presidente da A.M. no evento “DÃO PRIMORES”.....
 - O Grupo Parlamentar do Partido Comunista remete convite para Audição Pública do Mapa Judiciário e acesso dos cidadãos à Justiça.....
 - O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu remete informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município.....
 - O Excelentíssimo Senhor Deputado Municipal Joaquim Lúcio Trindade Messias informa via correio eletrónico da sua impossibilidade de presença na próxima A.M de 24-06-2013.....
 - O Senhor Deputado Municipal José Alberto da Costa Ferreira informa via correio eletrónico da sua impossibilidade de presença na próxima A.M de 24-06-2013.....
 - A Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas remete agradecimento pela presença do Exmo. Sr. Presidente da AM nas Cavalhadas de Teivas.....
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**.....
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.....
 - Foram remetidas, por via officiosa, para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, cópias das Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 26 de abril de 2013.....
 - Foi solicitado via correio eletrónico orçamento à Empresa Berrelhas para o transporte de alunos e professores das escolas do 1ºCEB de diversas freguesias do Concelho com



- destino à A.M. – Edifício Solar dos Peixotos.-----
- Foi solicitado via correio eletrónico orçamento à Empresa Joaquim Guedes, Filhos e Genros, SA para o transporte de alunos e professores das escolas do 1ºCEB de diversas freguesias do Concelho com destino à A.M. – Edifício Solar dos Peixotos.-----
 - Foi solicitado via correio eletrónico orçamento à União do Satão para o transporte de alunos e professores das escolas do 1ºCEB de diversas freguesias do Concelho com destino à A.M. – Edifício Solar dos Peixotos.-----
 - Foram remetidas O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu Certidões e Deliberações em Minuta tomadas na Sessão Ordinária realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e treze.-----
 - Foi Remetido à União Alugueres listagem de alunos e Professores das escolas do 1ºCEB de diversas Freguesias do Concelho a transportar à Assembleia Municipal.-----
 - Foi Remetido à União Alugueres circuito final e respetivo horário.-----
 - Foi remetido ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Proposta de Recomendação - Horários de Funcionamento Noturnos, apresentada na última Sessão ordinária de 26 de abril de 2013 da A.M. pela Senhora Deputada Municipal do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Manuela Maria Coelho Antunes.-----
 - Foi remetido ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Proposta de Recomendação – Preservação do Espaço Verde de Marzovelos, apresentada na última Sessão ordinária de 26 de abril de 2013 da A.M. pela Senhora Deputada Municipal do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Manuela Maria Coelho Antunes.-----
 - Foi remetido oficiosamente aos Exmos Senhores Presidentes de Junta, Edital e Convocatória, relativos à próxima Sessão Ordinária desta A.M., que decorrerá a 24 do corrente mês.-----
 - Foi remetido oficiosamente ao Exmo. Senhor Diretor do Diário Regional de Viseu, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 24 do corrente mês às 15.30 horas.-----
 - Foi remetido oficiosamente ao Exmo. Senhor Diretor do Jornal da Beira, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 24 do corrente mês às 15.30 horas.-----
 - Foi remetido oficiosamente ao Partido CDS/Partido Popular, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 24 do corrente mês às 15.30 horas.-----
 - Foi remetido oficiosamente ao Partido Socialista, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 24 do corrente mês às 15.30 horas.-----
 - Foi remetido oficiosamente ao Partido Social Democrata, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 24 do corrente mês às 15.30 horas.-----
 - Foi remetido oficiosamente ao Partido Bloco de Esquerda, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 24 do corrente mês às 15.30 horas.-----
 - Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores via correio eletrónico, convocatória da Sessão Ordinária da A.M a realizar no próximo dia 24 de junho.-----
 - Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, foi remetido ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Lourenço via correio eletrónico, convocatória da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no próximo a 24 de junho.-----
 - Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais via correio eletrónico, convocatória da Sessão Ordinária da A.M a realizar no próximo dia 24 de junho.-----
 - Foi remetido ao Exmo. Sr. Diretor de Departamento via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária da A.M. a realizar no próximo dia 24 de junho.-----
 - Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais via correio eletrónico, que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e



- respetiva Password.-----
- Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores via correio eletrónico, que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----
 - Foi remetido ao Excelentíssimo Senhor Diretor de Departamento via correio eletrónico, que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----
 - Para conhecimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, foi remetido Exmo. Sr. Dr. Jorge Lourenço via correio eletrónico que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----
 - Foi remetido ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Daniel Nicola via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 24 de junho, bem como a informação da sua convocação em substituição do Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Vieira.-----
 - Foi remetido ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Joaquim Lúcio via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 24 de junho, bem como a informação da sua convocação em substituição do Exma. Senhora Deputada Municipal Daniela Pereira.-----
 - Foi comunicado Exmo. Sr. Deputado Municipal Joaquim Lúcio via correio eletrónico que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----
 - Foi remetido ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Alexandre Santos via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 24 de junho, bem como a informação da sua convocação em substituição do Exmo. Senhor Deputado Municipal Marco Rodrigues.-----
 - Foi comunicado ao Exmo. Sr. Deputado Municipal Alexandre Santos via correio eletrónico que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----
 - Foi remetido aos Exmos. Senhores Vereadores Fernando Luís e Carlos Martins via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 24 de junho.-----
 - Foi comunicado aos Exmos. Senhores Vereadores Fernando Luís Monteiro Bexiga e Carlos do Vale Martins via correio eletrónico que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----
 - Foi remetido oficiosamente ao Exmo. Sr. Deputado Municipal Marco Daniel Nicola Veríssimo comunicação para substituição do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues em virtude deste ter solicitado pedido de suspensão de mandato.-----
 - Foi remetido oficiosamente ao Partido Bloco de Esquerda informação de que em virtude do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues ter solicitado pedido de suspensão de mandato, foi convocado em sua substituição o Exmo. Sr. Deputado Municipal Marco Daniel Nicola Veríssimo.-----
 - Foi remetido oficiosamente ao Exmo. Sr. Deputado Municipal Alexandre João Oliveira G. dos Santos comunicação para substituição do Exmo. Sr. Deputado Municipal Marco Alexandre Ferreira Rodrigues em virtude deste ter solicitado pedido de suspensão de



mandato.-----

– Foi remetido officiosamente ao Partido Socialista informação de que em virtude do Exmo. Sr. Deputado Municipal Marco Alexandre Ferreira Rodrigues ter solicitado pedido de suspensão de mandato, foi convocado em sua substituição o Exmo. Sr. Deputado Municipal Alexandre João Oliveira G. dos Santos.-----

– Foi remetido officiosamente ao Exmo. Sr. Deputado Municipal Joaquim Lúcio Trindade Messias comunicação para substituição da Exma. Sra. Deputada Municipal Daniela Filipa Cardoso Pereira em virtude desta ter solicitado pedido de suspensão de mandato.-----

– Foi remetido officiosamente ao Partido Social Democrata informação de que em virtude Exma. Sra. Deputada Municipal Daniela Filipa Cardoso Pereira ter solicitado pedido de suspensão de mandato, foi convocado em sua substituição o Exmo. Sr. Deputado Municipal Joaquim Lúcio Trindade Messias.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Senhoras e Senhores Deputado vamos então dar início à nossa Assembleia Municipal Ordinária. Queria cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e também os Senhores Vereadores, o Público presente e cumprimentar também os Jovens que hoje aqui estão para receberem os prémios deste concurso lançado em boa hora pelo Senhor Deputado Correia de Campos, também na sua qualidade de Deputado Europeu que propôs a esta Assembleia que premiássemos e que se lançasse um concurso que visava exatamente premiar Jovens que efetuassem trabalhos sobre a Europa e designadamente sobre a aplicação dos fundos comunitários no desenvolvimento de Viseu. Tivemos um Regulamento que foi colocado à consideração das escolas, os jovens concorreram, foi constituído um Júri, aliás de acordo com as indicações da Assembleia, que foi constituído pelo Senhor Deputado, pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim próprio e que atribuiu um conjunto de prémios. Entendemos que a melhor maneira de começarmos esta nossa Assembleia Municipal Ordinária, seria exatamente começar por entregar estes prémios “Viseu na Europa” que são prémios instituídos no âmbito do Parlamento Europeu e com o patrocínio do Senhor Deputado Correia de Campos. Eu daria para já neste início de trabalhos, antes mesmo da aprovação das Atas e de tudo o resto que temos na Ordem de Trabalhos, a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos, só para, de uma forma muito sintética fazer a apresentação, e desde já queria felicitar os jovens que hoje vão ter aqui a oportunidade de receber esses certificados, pela qualidade dos trabalhos que nos apresentaram, tive a oportunidade de os ver um a um e verificar de facto o elevado empenho que colocaram, e o grau de conhecimento das questões Europeias que manifestaram através destes mesmos trabalhos e sobretudo na vertente da aplicação dos fundos comunitários no desenvolvimento do nosso Concelho, que é claramente notório se repararmos inclusivamente neste Quadro Comunitário de Apoio, o Concelho de Viseu, duplicou a absorção dos fundos comunitários e é claramente um Concelho que do ponto de vista da Região, é dos que mais tem conseguido absorver fundos comunitários, graças aos projetos que tem conseguido apresentar e aprovar. Portanto, queria felicitar estes alunos aqui presentes, e felicitar ao mesmo tempo os pais e também os professores que em alguns dos casos acompanharam a feitura destes mesmos trabalhos. Feita esta felicitação e esta apresentação, eu dava então a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos para fazer de uma forma muito sintética a apresentação e depois também daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar algumas palavrinhas sobre esta matéria e depois chamaria cada um dos jovens presentes para lhes entregar estes certificados do prémio “Viseu na Europa”. Senhor Deputado tem a palavra.-----

- **UM - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS):** Muito boas tardes. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Distintos Membros do Executivo, Caras e Caros Colegas, Excelentíssimo Público, Senhores Professores do



Ensino Secundário e Superior de Viseu e Distintíssimos Alunos presentes. O calendário escolar não permite que hoje se pudesse fazer aqui assim, uma sessão com todos os alunos vencedores deste prémio, cujos genes já foi explicado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e não vale a pena repetir, decorre de uma Moção aprovada na Assembleia Municipal em dezembro passado e também, não temos espaço nesta Assembleia para fazer uma entrega nominativa. Todavia, tendo em conta o mérito individual, e tendo em conta a gravação que fica para a posteridade, eu muito rapidamente leria o nome dos premiados, assim: -----

Da Escola Secundária Viriato, foram galardoados, Alexandra Almeida da Costa, Inês Catarina Malho e Sousa Nobre.-----

Da Escola Secundária Alves Martins, Tomás Ambrósio, João Alves Henriques, Bernardo Peixoto e Martim Cálão.-----

Da Escola Profissional de Torredeita, Jéssica Sanches, Carolina Lela, Hélder Mendonça, Yuliana Alich e ainda Estevão Ananias.-----

Da Escola Profissional Profitecla, Ana Gomes, Andreia Cunha, Rui Matos, Tiago Ferreira.

Da Escola Profissional Mariana Seixas, Márcio Canas Tiago Moita, Eliana Ferreira, Cláudia Fidalgo e Sara Oliveira.-----

Do Instituto Piaget, foram premiados Ana Ferreira, Cidália Alves, Vanessa Costa, Miguel Aleixo e Paulo Alves.-----

Da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, integrada no Instituto Politécnico de Viseu, Ana Paula Lourenço, Ângela Machado, Carla de Almeida e Elisabete Faustino.

Da Escola Profissional Profitecla, Fábio Matos, que está fora de ordem, provavelmente não foi referido. Bom, são estes os alunos a quem eu gostaria de agradecer, e penso que toda a Assembleia Municipal estará de acordo, agradecer o seu empenho na realização destes trabalhos. Já foi referido pelo Senhor Presidente da Assembleia, que eram trabalhos de reconhecido mérito, trabalhos muito interessantes, muitos deles merecem divulgação e gostaria de dizer que no próximo ano, espero contar de novo com a Assembleia Municipal e com os colegas todos para podermos repetir, a partir de, talvez um pouco mais cedo do que este ano, uma vez que o mandato dos Parlamentares Europeus termina em maio, vamos portanto, tentar lançar o concurso em termos de perigar menos do que este ano aconteceu com a época de exames. Os meus agradecimentos são dirigidos às Escolas, que conseguiram animar as candidaturas, os meus agradecimentos são dirigidos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara, pelo facto de se terem disponibilizado quer para integrar o júri, quer para analisar os trabalhos, quer para depois aceitarem esta Sessão e finalmente os principais agradecimentos são para os próprios premiados, é a eles que se deve o mérito desta iniciativa, e termino desta forma, agradecendo uma vez mais a presença do público e pedindo às imprensa que se possível dê relevo às pessoas, aos jovens que venceram este prémio. Muito Obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer também usar da palavra. Tem a palavra.-----

- DOIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito boa tarde e muito obrigado. Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria também dirigir uma palavra de boas vindas aos professores, aos alunos e aos representantes das escolas envolvidas e dizer que também me associo com gosto a esta iniciativa. Como é sabido, cada vez mais quem lida com os dinheiros municipais, cada vez mais estamos dependentes quase em absoluto dos fundos comunitários, penso que nos próximos anos os investimentos municipais, vão passar por aquilo que vai ser canalizado pelos fundos comunitários e portanto, acho que o conhecimento desses dossiers e da Europa, para quem é um Europeísta que é o meu caso, convicto, naturalmente que fica muito satisfeito e também acha importante este tipo de iniciativas. Nós estamos habituados de vez em quando, ouvir falar da Europa como uma coisa, até às vezes na leitura do boletim meteorológico os nossos meteorologistas dizem Portugal e depois dizem para a Europa, parece que fazemos parte da África ou de outro



continente, mas naturalmente temos a ideia de que a Europa é uma coisa com outros que não nos diz respeito, mas diz e cada vez mais respeito e cada vez estamos em termos locais mais ligados a este tipo e a esta relação com a Europa. Queria acrescentar também só uma outra coisa, para além de sublinhar e assinar por baixo das palavras do Deputado Correia de Campos, que enquanto membro e curiosamente membro fundador do Comité das Regiões que é o campeão da subsidiariedade. Não podia ficar mais satisfeito de que ver numa Cidade como a nossa, uma iniciativa como esta de conhecimento da Europa, daquilo que nos liga, digamos a uma decisão que tomámos, penso que de forma livre bem pensada e presumo que é também um upgrade para quem quer continuar neste espaço, num espaço a que por direito pertencemos. Portanto, eu queria felicitar os alunos, os professores e quem os enquadrou, no sentido que estas iniciativas, como foi aqui sublinhado por o Eurodeputado Correia de Campos, não terminem por agora, acho que é uma iniciativa importante que se deve prolongar por muitos anos, eu diria até se cada geração pudesse participar anualmente neste tipo de evento era ótimo. Portanto as minhas saudações, os meus cumprimentos também a quem se devotou naturalmente aos jovens que quiseram entrar neste evento, neste concurso, e dizer-vos que é importante seguramente para todos nós este conhecimento mais perto das Instituições Europeias. Os meus parabéns.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Este é um espaço plural, e como este prémio e esta iniciativa teve o apoio unânime de todos os partidos, eu não sei, se algum dos Senhores Deputados de algum dos Partidos quiser pronunciar-se sobre esta matéria eu darei a palavra. Senhor Deputado Manuel Teodósio, faça o favor-----

- TRÊS - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Caros Colegas, Caros Alunos, Professores, Comunicação Social. Muito rapidamente apenas para elogiar esta iniciativa do Doutor Correia de Campos, que em boa hora também foi apadrinhada por nós todos, felicitar os alunos e os professores envolvidos neste projeto, projeto Europa, que é um projeto que cada dia que passa, penso que todos nós reconhecemos a importância de a defendermos. E para a defendermos, temos que a perceber no seu todo. Obviamente que a Europa neste momento, passa por um momento de alguma dificuldade, de afinações que são necessárias, todos nós temos essa percepção, mas é bom termos a noção que acima de tudo o que une os povos, são denominadores comuns e a Europa tem um denominador comum que não existem em mais nenhum continente, que é o estado social conforme nós o conhecemos e conforme nós diariamente vamos lutando para o preservar de forma a que possa perdurar, e possa ser melhorado e atualizado. Por isso a estes jovens o repto que eu lançaria é que efetivamente olhassem para a Europa como uma só comunidade, cada vez mais falamos na aldeia global e cada vez mais vocês andaram garantidamente por outros países desta nossa Europa, tentarmos entender a Europa como sendo nossa, de nós todos, e já agora também neste momento dar aqui uma ênfase à capacidade de empreendedorismo que é necessário termos, e que são vocês jovens que serão o garante futuro para esse desenvolvimento que tem que estar com base nesse empreendedorismo. Felicidades para todos, parabéns pelo prémio que acabaram de receber que garantidamente foi merecido. Muito Obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado, não tenho mais nenhuma inscrição. Vou então, seguindo a sugestão que o Senhor Deputado Correia de Campos deu. Ia chamar por Escola, se estiverem cá os alunos, eu chamo-os para virem cá acima para lhe poder entregar os certificados. Senão, se estiver algum representante da escola entregarei também. Se não estiver, faremos chegar.-----
Da Escola Secundária de Viriato. Façam favor, que é a Inês Catarina Malho e Sousa Nobre e a Alexandra Almeida da Costa. Portanto vai levar os dois certificados.-----



Da Escola Secundária Alves Martins, João Alves Henriques, Tomás Ambrósio, Martim Cálão e Bernardo Peixoto.-----

Da Escola Profissional de Torredeita, Estevão Ananias, Yuliana Alich, Hélder Mendonça, Carolina Lela e Jéssica Sanches.-----

Da Escola Profissional Profitecla, Andreia Cunha, Tiago Ferreira, Rui Matos, Fábio Matos e Ana Gomes.-----

Da Escola Profissional Mariana Seixas, Sara Oliveira, Cláudia Fidalgo, Eliana Ferreira, Tiago Moita e Márcio Canas.-----

Do Instituto Piaget, Paulo Alves, Miguel Aleixo, Vanessa Costa, Cidália Alves e Ana Ferreira.-----

Por fim, Da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, Elisabete Faustino, Carla de Almeida, Ângela Machado e Ana Paula Lourenço. Não está ninguém. Portanto, concluindo esta entrega de prémios, eu sugeria, não é muito hábito nesta Assembleia, mas que déssemos uma salva de palmas a estes nossos premiados. Parabéns a todos os premiados, se quiserem continuar a acompanhar os nossos trabalhos teremos muito gosto nisso, se não o quiserem fazer, está concluída esta sessão de entrega de prémios. Estão aqui a dizer que o Senhor Presidente da Junta de Calde faz anos, portanto, damos-lhe os parabéns no dia de S. João. Também temos aqui os nossos manjericos, enfim, a dar algum brilho e cheiro a esta nossa Sessão. Os meus parabéns Senhor Presidente.-----

Iríamos agora entrar no ponto da aprovação das Atas, portanto, nós temos hoje duas Atas para aprovar, a da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do vinte e cinco de abril e a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e seis de abril. Portanto, vou por à consideração a Ata da Sessão Extraordinária de vinte e cinco de abril, pergunto se há alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou por à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. A Ata de vinte e seis de abril da Sessão Ordinária, também vou pô-la à consideração. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, Vou pô-la à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Gostava também de fazer uma referência à forma como decorreu a Assembleia Municipal Infantil, foi e facto um momento alto e dar início agora ao nosso Período Antes da Ordem do Dia.

Tenho catorze Senhores Deputados Inscritos neste Período Antes da Ordem do Dia, pedia que respeitassem os tempos que estão destinados. Mas antes de dar a palavra ao Senhor Deputado que está inicialmente inscrito, eu gostava de fazer aqui uma introdução, para assinalar um ato que teve muita importância para Viseu, designadamente a forma como se comemorou o último “10 DE JUNHO”. Foi um dia em que tivemos o grato prazer de ver dois ilustres Viseenses a serem condecorados pelo Senhor Presidente da República. Eu queria enquanto Presidente da Assembleia Municipal cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara pela alta distinção de que foi merecidamente alvo no dia “10 DE JUNHO” e dizer que enquanto Presidente desta Assembleia Municipal e enquanto eleito, me revii na forma como essa Alta Condecoração lhe foi atribuída e penso que todos os elementos da Assembleia se reverão nestas palavras e portanto queria endereçar-lhe os meus parabéns enquanto Presidente da Assembleia e penso eu, testemunhando a forma de sentir de todos os Membros desta mesma Assembleia, penso que esse também será o pensamento de todos os Viseenses por verificarem como o trabalho quer Municipal quer o trabalho Nacional que tem feito no campo das Autarquias e que o transformaram num exemplo para todos nós, é distinguido desta maneira pelo Senhor Presidente da República, portanto, queria endereçar-lhe os parabéns e ao mesmo tempo também endereçar os parabéns a outro conterrâneo nosso, o Ricardo Pais que é de facto também um expoente muito alto da Cultura Portuguesa e é também um Viseense que muito nos orgulha pelo seu percurso e enfim, por todo o trabalho que tem desenvolvido e também pela forma como tem levado o nome de Viseu bem alto. Também queria aqui deixar o testemunho do apreço enquanto Presidente da Assembleia, mas também esperando estar aqui a espelhar o sentimento de



todos os Membros da Assembleia e presume que também será o sentimento dos Viseenses. Não queria deixar, de iniciar esta Assembleia Municipal exatamente fazendo esta alusão a estas duas distinções a dois ilustres Viseenses que temos o grato prazer de ter connosco. Feita esta introdução iria começar então o Período Antes da Ordem do Dia e vou pedir desculpa de ter que me ausentar cinco minutos, é que me deve ter mordido um bicho aqui no olho, e vou ter que ir ali num instante ao Dr. Luís Martins, mas deixaria aqui o Senhor Enfermeiro Dias por um bocadinho a conduzir a Sessão, dava já a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio e perdoar-me- iam que eu me ausentasse só por cinco minutos. Obrigado.-----

- QUATRO - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa em Exercício, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereador, Caros Colegas. A Câmara Municipal de Viseu, tem vindo nos últimos tempos a reforçar significativamente o seu esforço na recuperação e dinamização do Centro Histórico desta Cidade. Depois da implementação das novas redes de água, saneamento básico e telecomunicações, depois da requalificação das Ruas e Praças, depois de toda a modernização da iluminação pública, depois da renovação da sinalética turística, depois de facilitada a acessibilidade à zona da Sé Catedral, está agora a ser feito um enorme esforço da requalificação dos edifícios, na dinamização diurna e noturna de variadíssimos e diversificados espaços de forma a serem criadas as condições para o tão desejado regresso das pessoas a este espaço de referência de Viseu. No momento certo, a Autarquia deitou mão a um importante instrumento de apoio financeiro, denominado “RUCI” Rede Urbana para a Competitividade e Inovação, destacando-se desde já o investimento que já está a ser feito na recuperação do antigo edifício do Quartel dos Bombeiros, na Rua do Comércio, onde será instalado um serviço moderno e dinâmico de apoio à criação de empresas vulgarmente denominado por “Ninho de Empresas”. É sem dúvida um bom instrumento criado para potenciar o desenvolvimento e a dinamização desta zona. Importante também tem sido a aposta na Regeneração Urbana, onde muitos edifícios já foram e outros estão a ser recuperados neste momento. Esta Regeneração Urbana está a ser feita nalguns casos diretamente pela Câmara Municipal e outros pelos seus proprietários que estão a utilizar os vários mecanismos de apoio que têm sido disponibilizados à iniciativa privada. Sem dúvida que seria desejável que esta regeneração fosse feita em todos os edifícios, mas à Autarquia compete facilitar este investimento privado e num período de crise em que vivemos que em nada favorece este desejo e esta nossa vontade. No entanto, não podemos nem, devemos baixar os braços e ficar apenas pela lamentação. Desta forma a Câmara Municipal de Viseu prepara-se para potenciar a Zona Histórica com mais uma importante valência para a sua dinamização, refiro-me em concreto à instalação da Rede Wi-Fi, que gratuitamente irá cobrir toda esta zona. São ao todo oito os locais de difusão do sinal de Internet a saber: Casa da Ribeira, Teatro Viriato, Adro da Sé, Rossio, Igreja dos Terceiros, Pavilhão Multiusos, Mercado dois de Maio e Casa do Miradouro. Houve ainda o cuidado, de no caso de colocação de antenas exteriores que as mesmas venham a ter o menor impacto visual possível e adaptando-as às infraestruturas já existentes. Também houve um redobrado cuidado pra minimizar o uso indevido desta nova tecnologia. Senhor Presidente, Dr. Fernando Ruas, esta minha intervenção não foi para lhe agradecer estes investimentos, foi apenas para reconhecer publicamente o seu esforço nas várias frentes para a recuperação e dinamização da nossa bonita Zona Histórica da Cidade. Muito Obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Correia de Campos.-----

- CINCO - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS): Muito Obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente, Senhores Membros do Executivo Camarário, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Jornalistas.



Gostaria de aqui formular três votos congratulatórios hoje. O primeiro voto destina-se, digamos assim, homenagear o Senhor Dr. Fernando Ruas pela sua recente Condecoração, com, se não erro a Grã-Cruz da Ordem de Mérito. O Senhor Presidente da Assembleia, teve a iniciativa de lembrar esse acontecimento, eu gostaria de, em nome da bancada do meu partido de me associar a esse regozijo e a esses cumprimentos, felicitando não apenas o Senhor Doutor Fernando Ruas pelo reconhecimento que o seu trabalho profissional não apenas na Câmara Municipal de Viseu mas também na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, uma vez que a condecoração tem um nível normalmente superior às que são normalmente atribuídas a outros Presidentes de Câmara e portanto gostaria em nome do Partido Socialista aqui trazer a nossa congratulação. Naturalmente também me regozijo com a condecoração do Doutor Ricardo Pais com a Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, se não estou em erro, Ricardo Pais não nasceu em Viseu, mas é filho e neto de Viseenses, passou muito tempo da sua juventude e da sua vida profissional em Viseu, está profundamente ligado à nossa Cidade, à sua cultura e por isso é também para nós um motivo de orgulho que Ricardo Pais tenha sido condecorado por o Senhor Presidente da República no último “10 DE JUNHO”. Portanto, tratando-se de dois Viseenses ilustres, creio que todos devemos congratular-nos por esse facto, e não apenas a minha bancada, mas também eu pessoalmente quero associar-me a esta congratulação. Terceira nota, gostaria de lhes ler uma proposta que o Partido Socialista apresenta, sei que tem já a concordância de outros Grupos Parlamentares, mas eles certamente estão aqui para usar da palavra se o entenderem nessa matéria. A Proposta à Assembleia Municipal de Viseu de vinte e quatro de junho de dois mil e treze reza o seguinte: O Rancho Folclórico de Torredeita acaba de festejar cinquenta anos de existência. Criado por jovens em mil novecentos e sessenta e três, reuniu músicos populares e dançarinos da freguesia criando um polo de atração cultural e social que ajudou à ocupação sadia de tempos livres, ao aprimoramento da cultura popular, à animação interclassista entre grupos etários e contribuiu decisivamente para a harmonização social do meio. O Rancho, cresceu em qualidade e diversificou ininterruptamente as suas competências ao longo de um período de duas gerações. Recolheu e fixou peças do Folclore de Região, trajes típicos, instrumentos musicais e de vida doméstica, de trabalho agrícola, industrial e artesanal, criando um Ecomuseu Rural com diversas extensões que cobrem atividades desenvolvidas na freguesia ao longo dos últimos cem anos. Integrando um conjunto de atividades culturais e sociais de freguesia que incluem sob a tutela da Fundação Joaquim dos Santos, uma Creche, um Lar e Centro de Dia, futuramente uma Unidade de Cuidados Integrados, uma Unidade de Saúde Familiar, um Planetário, um antigo Solar restaurado, um Lagar de azeite, uma Estação de Caminhos-de-ferro, duas Locomotivas e Composição de carga e passageiros. Ao conjunto está ainda associado uma Escola Profissional de reconhecido labor e de grande inovação de práticas pedagógicas e de elevada empregabilidade. O Rancho viajou extensivamente por Portugal, por diversos Países Europeus e do Continente Americano. São inúmeras as suas atuações públicas na freguesia, em outras freguesias vizinhas ou longínquas, em Viseu, em diversas cidades de Portugal, perante as câmaras de televisão e até em Roma em plena Praça de S. Pedro, perante Sua Santidade o Papa João Paulo II. Recolheu importantes prémios e menções, Nacionais e Internacionais, sendo homenageado por instituições suas congêneres que frequentemente visita ou recebe em Torredeita. O Rancho, tem desempenhado assim uma importante função de Ator Social, Local, Nacional e Internacional, contribuindo para o intercâmbio da cultura do conhecimento e da amizade entre os povos. O Rancho Folclórico de Torredeita, ao perfazer vinte e cinco anos de existência em mil novecentos e oitenta e oito, foi galardoado pela Câmara Municipal de Viseu com uma Medalha de Prata do Município, ao perfazer agora cinquenta anos de contínua e profícua atividade, os signatários propõem que a Assembleia Municipal de Viseu recomende ao Executivo da Câmara Municipal que considere a forma de reconhecimento que melhor entender pelos serviços prestados pelo Rancho. Assino em nome da Bancada do Partido Socialista. Muito Obrigado. Vou



entregar na Mesa.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Vicente de Figueiredo-----

- **SEIS - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGEIREDO (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa em Exercício, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Digníssimo Público. Para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD, como é do conhecimento do proponente deste voto congratulatório, dizer então que o Grupo se associa a este voto e para mim é com grande satisfação que manifesto o pareço pelo trabalho desenvolvido pelo Rancho Folclórico de Torredeita. Muito recentemente se estamos recordados, num espetáculo memorável do Teatro Viriato, foi dada a possibilidade de o Rancho Folclórico de Torredeita mostrar a sua arte, exatamente neste palco, que é o grande palco da Cidade e do Concelho de Viseu. Reforçar o que foi dito pelo Senhor Deputado Dr. Correia de Campos, que para além da atividade que está associada ao Rancho Folclórico desde a atividade tradicional, ligada aos bordados à cooperativa ligada também ao ciclo do cultivo das terras os instrumentos e os objetos que vão recolhendo ao longo dos tempos, e que hoje podem ser apreciados por quem visita aquele mini Museu Etnográfico de Torredeita, assim como também todo o trabalho desenvolvido e com ligação à Fundação merecem de todos os Viseenses o apoio. Portanto, para dizer que o grupo Parlamentar assinará também este voto congratulatório e o Grupo Parlamentar do PSD está de alma e coração com a proposta feita.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS:** Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara quer pronunciar-se sobre o assunto?-----

- **SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente em Exercício. Naturalmente sobre esta parte, para agradecer as palavras em relação à Distinção que o Senhor Presidente da República me fez. Dizer também que por feliz coincidência fui agraciado exatamente no mesmo dia do Dr. Ricardo Pais, também até por feliz coincidência ficámos até no mesmo hotel sem sabermos, mas também por feliz coincidência o nosso antigo Encarregado de Educação, uma figura grata de Torredeita, que era comum aos dois, o Celso Saraiva deveria ficar muito satisfeito por ver ao mesmo tempo dois seus educandos, de quem foi Encarregado de Educação serem agraciados. Como eu disse já em outras ocasiões, os Viseenses são todos culpados por esta Distinção e portanto queria de qualquer maneira agradecer-vos. Só dizer uma nota, não pensem que é alguma ironia também, recebi a comunicação por e-mail. Para quem dá muito valor a isso, parece que há. Também foi por e-mail, depois naturalmente complementada com uma informação mais completa. Mas pronto, espero que isto não justifique a rotina das condecorações e que não haja mais gente incomodada com o facto do Presidente da Câmara, sobretudo o Presidente da Câmara ter mais algumas distinções aí, provenientes de outras entidades. Naturalmente que este agraciamento apanhou-me de surpresa completa, mas queria vos dizer se por acaso alguma vez tivesse veleidades em interferir na Distinção, era mesmo esta a Medalha que eu queria, era a de Mérito, não me importava de mais nenhuma, mas esta de Mérito agrada-me de sobremaneira. Muito Obrigado. Eu é que me esqueci, e também foi para isto que pedi a palavra, sobre a Proposta de Recomendação à Câmara para a Distinção do Rancho Folclórico de Torredeita. Também não fujo à regra de conhecer bem o Rancho Folclórico de Torredeita, quem era vizinho, sabia de cor as canções do Rancho Folclórico, “A Cruta da Macieira”, aquelas coisas todas, o “Pavão Lindo Pavão”, essas coisa todas que se cantavam nas aldeias, a minha aldeia é pertíssimo de Torredeita, portanto eu fico também muito satisfeito com esta Distinção. O Rancho Folclórico de Torredeita tem sido um embaixador, mas há uma promessa que eu queria deixar aqui. É que nós vamos acomodar esta proposta, esta recomendação, por o seguinte, curiosamente há pelo menos mais duas Instituições que eu



me recorde, que vão fazer cinquenta anos este ano. Portanto a Câmara tem o dever da equidade e também da análise destas atribuições. Também dizer outra coisa que me parece importante, o facto de ter sido atribuído uma Medalha de Prata, ela não cria nenhum precedente em relação à futura entrega de uma outra Medalha, porquanto, na altura em foi entregue nem sequer havia Regulamento de Galardões Municipais, ele foi feito há exatamente vinte cinco anos por antigo Deputado Municipal e na altura Vereador Júlio Cruz e portanto é por aí que nós nos regemos, naturalmente que a proposta terá que ser vista à luz do Regulamento dos Galardões Municipais.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS:** Muito obrigado Senhor Presidente. Se bem entendi, a Senhora Deputada Manuela Antunes do Bloco de Esquerda também pretende subscrever. Tem a palavra o Senhor Deputado Diamantino.-----

- **OITO - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CORAÇÃO DE JESUS DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Senhor Presidente em Exercício, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Município de Viseu, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. A minha intervenção tem como objetivo falar sobre a construção do edifício que a Câmara Município em boa hora no nosso entender está a erigir no Bairro Municipal, mais conhecido por Bairro da Cadeia que passo a ler. Potenciando e bem o Programa Pro-habita, uma parceria entre as Autarquias e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, “IHRU”, a Câmara Municipal de Viseu, candidatou-se atempadamente ao referido programa, dando assim corpo à Habitação e Reabilitação Urbana em três fases distintas. Numa primeira fase, houve a preocupação da requalificação dos Bairros Sociais existentes, como foram, e a título de exemplo, os Bairros da Balsa e de Paradinha. Numa segunda fase, assistimos à aquisição de edifícios no Centro Histórico, adquirindo-se alguns prédios degradados disseminados pelo referido espaço, e numa terceira fase avançou-se para a requalificação desses edifícios e para a construção do bloco habitacional do Bairro Municipal, mais conhecido por Bairro da Cadeia. Edifício que no seu todo terá cinquenta e seis fogos, estando naturalmente em construção o primeiro bloco com vinte fogos, construído unicamente com dinheiros municipais num investimento global de cerca novecentos mil euros. É neste particular que queremos enaltecer o trabalho do Executivo Camarário do nosso Concelho. Com capitais inteiramente próprios, reveladores de uma solidez financeira de enaltecer, está a crescer um bloco habitacional com diferentes tipologias desde T1 a T4, que num futuro imediato irão alojar os moradores daquele Bairro em condições de dignidade habitacional por antítese às atuais. Relembro a todos que as casas atualmente existentes são minúsculas, sem qualquer condição de habitabilidade, estamos a falar nalguns casos de casas com sessenta metros quadrados e que não têm nesta altura qualquer registo mínimo em relação a conforto, que são hoje em dia consentâneos com os padrões atuais de habitabilidade. Num futuro próximo os moradores daquele Bairro irão ter uma habitação condigna com aquecimento central, acesso a pessoas com mobilidade reduzida, elevadores, painéis solares para aquecimento das águas sanitárias, assim como lugares de estacionamento, sejam eles interiores ou até exteriores, reunindo todas as condições exigidas pelo Regulamento Geral de Edifícios Urbanos, submetido e aprovado pelo referido “IHRU”. Acrescentar também e num futuro próximo os trabalhos de embelezamento urbano, dos logradores envolventes incrementando-se assim uma nova e adequada urbanidade ao local. Em suma o trabalho em causa é revelador do esforço e cuidado do nosso Executivo Municipal na requalificação do nosso parque habitacional propiciando a todos os Viseenses e em particular aos mais desfavorecidos as condições de dignidade habitacional a que têm direito. Muito obrigado.--

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Baila Antunes.-----



- **NOVE - SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício... se quiserem, eu estou a perceber, se quiserem se achar por bem intercalar ..., **O Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício intervém dizendo:** Faça favor de continuar.-----

O Excelentíssimo Senhor Deputado Municipal Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes prossegue: Excelentíssimo Senhor Secretário, Presidente em Exercício, Excelentíssima Senhora Vice-Presidente, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Público Presente, Excelentíssimos Senhores Jornalistas. Normalmente eu venho aqui com intervenções mais extensivas, nos últimos anos, há sete anos que me lembre, venho aqui com a questão da falta de atitude mais pró-ativa da Câmara em termos da promoção da atividade económica, da geração de riqueza do desemprego, tenho insistido muito nisso, enfim, mas agora não vale a pena porque estamos a aproximar-nos de uma época eleitoral e já que todos, todos os candidatos, é facilmente entendível, entenda esse como mal principal, o pecado capital destes vinte e quatro anos, portanto eu que vinha aqui falar hoje, era de uma coisa mais simples que o Senhor Excelentíssimo Presidente já focou que é a questão do dito Prémio, nomeadamente na última Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Tiago Escada trouxe aqui a questão do Prémio, do suposto Prémio, era isso que queria que esclarecesse à Assembleia e aos Viseenses, o suposto Prémio outorgado por uma empresa, por uma organização “European Business Assembly”, ligada à Oxford que realmente, por e-mail como o Senhor Excelentíssimo Presidente referiu teria avisado uma série de candidatos, é isto, todos os conteúdos estão em dúvida, terá enfim, enviado este e-mail a uma série de Autarquias, a Autarquia de Viseu, caiu passo o Plebeísmo na “esparrela” ou no “conto do vigário”, passo o Plebeísmo, aliás o Público, o Jornal Público, falava em qualquer coisa entre o “conto do vigário” eu acho que exageradamente e exploração de pura vaidade dos distinguidos, acho que é um exagero. Portanto, queria que explicasse a verba que está associada, o pagamento ou não da ida à outorga do prémio, salvo erro no domingo ou na segunda-feira, ou à publicitação durante cinco anos, enfim a Autarquia de Viana do Castelo que também recebeu este... a Melhor Cidade, são duas em Portugal, pelo menos, a Melhor Cidade e Melhor Autarca fala em três mil e quatrocentas libras, obviamente que o Excelentíssimo Senhor Presidente, vem salvo seja artilhado com as respostas a estas questões, queria que dissesse o valor exato que não soube dizer em entrevista ao Jornal Público, e portanto enfim, tudo o que pudesse esclarecer inclusive sobre a idoneidade, credibilidade da Instituição deste, (vou-lhe chamar suposto para já até prova do contrário) Prémio e portanto, quando pudesse esclarecia a plateia sobre isso. Obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS:** Obrigado Senhor Deputado. Não me apercebi na altura, peço-lhe por isso desculpa, ao Senhor Deputado João Paulo, que queria intervir, Faça o favor, tem a palavra agora.-----

- **DEZ - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS):** Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente em Exercício, Senhora Secretária da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhoras Vereadoras, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Eu não queria intervir, o que queria e há pouco fiz sinal, mas já agora para esclarecer toda a Assembleia porque se percebeu que eu, houve um momento... é normal que as intervenções dos Senhores Deputados no Período Antes da Ordem do Dia, possam suscitar algumas interpelações dos Deputados da Assembleia, e a bancada do Partido Socialista, tem um Senhor Deputado inscrito neste Período Antes da Ordem do Dia, para falar sobre uma temática que foi aqui levantada, pelo Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Coração de Jesus e portanto o que tinha sugerido ao meu colega de bancada era que pudesse enfim, também sob forma de interpelação abordar esse tema, mas ele está escrito portanto falará sobre isso na ordem devida. Eu só vim aqui para que não se criasse mais algum mal-entendido ou alguma falta de percepção dos Deputados do



que se passa. Não era uma intervenção.-----

A Excelentíssima Senhora Secretária intervém dizendo: É assim, o Senhor de facto, por lapso não deu a palavra, ninguém manifestou vontade de falar, só o Senhor Deputado é que eu me apercebi já tardiamente e daí querer agora dar-lhe essa oportunidade, mas estamos esclarecidos, e podemos continuar.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Manuela Antunes. Faça favor.-----

- ONZE - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Muito boa tarde a todos e a todas. Eu venho apresentar em primeiro lugar um voto de congratulação que vou passar a ler, e a seguir vou propor uma *Moção* para ser votada nesta Assembleia. O voto de congratulação diz o seguinte:-----

“A decisão do Tribunal Constitucional que considerou inconstitucionais normas do diploma que estabelecia um novo Regime Jurídico para as Autarquias Locais e um novo Estatuto das Entidades Intermunicipais, constitui motivo de satisfação para os Autarcas.-----

Tendo por base a Proposta de Lei nº 104 de dois mil e treze do Governo PSD/CDS-PP, o documento já tinha merecido a discordância de inúmeros Órgãos Autárquicos, Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais, por afetar o núcleo essencial dos órgãos Deliberativos e os princípios de independência e da especialidade das Autarquias Locais.-----

Recorde-se que que o parecer da ANMP Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, bem como as sugestões bem fundamentadas das Juntas Metropolitanas do Porto e de Lisboa nunca foram tidas em conta pelo ex-Ministro Relvas e demais governantes, pelo que o pedido da Presidência da República de apreciação da constitucionalidade daquela Lei teve o desfecho que a democracia exigia, a reprovação do diploma. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Viseu reunida em vinte e quatro de junho de dois mil e treze, delibera: Congratular-se com a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal Constitucional sobre o estatuto das entidades Intermunicipais e o novo Regime jurídico para as Autarquias Locais. Manifestar a vontade de que sejam reforçadas as competências e os recursos das Autarquias Locais, e exigir o respeito pela autonomia do Poder Local”. Já entreguei? Ok.-----

A seguir vou apresentar uma *Moção* que tem a ver com o Bairro Municipal.-----

Considerando que em resposta a um requerimento de classificação do Bairro Municipal de Viseu por parte do núcleo de Viseu da Olho Vivo, Associação de Defesa do Património, a Direção Geral do Património Cultural, enviou à Câmara Municipal de Viseu cópia do processo “*para ponderação de eventual classificação do Bairro Municipal de Viseu como de interesse Municipal*”, apesar do arquivamento do pedido de abertura do procedimento de classificação, por o Bairro não reunir os “*valores patrimoniais inerentes a uma distinção como valor nacional*”. Esta decisão da Direção Geral do Património Cultural foi fundamentada no parecer da Direção Regional de Cultura do Centro que diz no ponto dezasseis dessa fundamentação: “*Quanto a este Bairro, muito embora se insira numa tipologia bem diversa, constitui-se igualmente como elemento valorizador da Cidade, enquanto objeto patrimonial*” e, mais à frente, no ponto trinta e três: “*Deste modo, e pelos motivos expostos, julgamos que não reúne condições para uma eventual classificação como Monumento de interesse Nacional ou Monumento de interesse Público, mas face ao seu interesse e representatividade, consideramos que seria passível de ser classificado como Monumento de interesse Municipal, no âmbito da Câmara Municipal*”. O parecer da Direção Regional de Cultura do Centro diz ainda no seu ponto vinte e nove: “*Em conclusão, este tipo de Bairros fazem parte não apenas de uma época construtiva, mas também da paisagem edificada portuguesa, e são ainda representativos de uma memória que desaparecerá na medida do seu desaparecimento, (salvo a redundância) visto que o conceito de “Bairro” implica não apenas a arquitetura pela qual é constituído, mas também a parte social e humana*”. Esta Direção Regional, reconhece a intenção da Câmara Municipal de manutenção de uma memória histórica do Bairro Municipal de Viseu, mas no seu ponto



trinta e seis do citado parecer considera que *“Relativamente à transformação destas onze casas numa espécie de “Monumento póstumo” ao Bairro Municipal, não nos parece que se vá conseguir deste modo manter viva a memória do Bairro, exatamente pelo facto do conceito de “Bairro” implicar não apenas a arquitetura que o constitui, mas também a parte social e humana”*. Isto são citações desse dito relatório. Este parecer do organismo governamental com a Tutela do Património apesar de só não reconhecer valor patrimonial nacional ao Bairro Municipal de Viseu *“pela falta de condições das instalações sanitárias, como também porque, ao logo dos anos se foi manifestamente degradando”*, conclui no ponto quarenta e um. Contudo, visto que, nesta fase apenas está prevista a demolição de algumas destas casas, resta-nos que, em consciência, a Autarquia venha a entender que a importância e a singularidade deste conjunto vale repensar da situação, quem sabe poupando o que resta do Bairro, para que até talvez seja possível ponderar ainda a classificação do conjunto restante como interesse Municipal, e, venha também a demonstrar disponibilidade de recuperar as habitações que se encontram muito degradadas e/ou descaracterizadas, por hipótese, com o apoio dos moradores.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, em reunião ordinária de vinte e quatro de junho de dois mil e treze delibera:-----

Manifestar a vontade para que seja desencadeada, nos termos do regime de proteção e valorização do Património Cultural, a abertura do procedimento de classificação de interesse municipal do Bairro Municipal de Viseu.-----

A seguir eu tenho apenas!... Posso? Portanto esta é uma Mocção para propor... já acabei o tempo? Como falo muito depois é uma chatice. -----

Alguns pedidos de esclarecimento: Um também tem a ver e achando até normal que se pague uma taxa de inscrição para quando se candidata a qualquer coisa, ou que se inscreve, e eu gosto de receber prémios, adoro receber prémios portanto não vou por em causa se o prémio é bem entregue ou não, mas gostaria apenas que fosse esclarecido a esta Assembleia acerca do valor pago, apenas e só. Neste momento é o único pedido de esclarecimento sobre este assunto, que eu estive a ler a notícia no Público, e portanto, acho que merecíamos esse esclarecimento.-----

Outro pedido de esclarecimento tem a ver com, há um conjunto de requerimentos que o Bloco de Esquerda tem vindo a remeter à Assembleia Municipal, dou alguns exemplos: O custo do funcionamento do funicular que já foi ainda com o meu camarada Carlos Vieira que enviou, a questão do espaço verde em Marzovelos, alguns requerimentos que já todos excederam os trinta dias de resposta de acordo com o Regulamento desta Assembleia que diz no Art.º 13 n.º 1 alínea L, que esta Assembleia tem trinta dias para responder a esses requerimentos. Era só.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS: Obrigado Senhora Deputada.

Temos em presença, uma Mocção apresentada pela Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, algum dos Senhores Deputados quer pronunciar-se sobre o assunto? Tem a palavra o Senhor Deputado Jorge Adolfo.-----

- DOZE - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):

Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Senhores Vereadores, Caros Colegas. Pois de facto há bocado aquela situação foi porque eu pretendia intervir depois do Senhor Professor Diamantino que fez aquela intervenção, referindo o Bairro da Cadeia, mas como agora tenho esta oportunidade, antecipei-me um bocadinho à minha inscrição na ordem dos trabalhos. Quero em primeiro lugar dizer que subscrevo a Mocção do Bloco e o Partido Socialista também me acompanhará nessa subscrição e é um tema que tem sido de alguma maneira um bocadinho recorrente aqui na Assembleia Municipal e ainda bem, porque é aqui o lugar para nós discutirmos essas questões ou pelo menos para manifestarmos as nossas opiniões e ouvirmos também a argumentação da Câmara Municipal. Nós pretendíamos fazer antes de ir ali exatamente à Mocção, eu pretendia fazer daqui a pouco uma



intervenção relativamente à notícia, efetivamente que saiu hoje Jornal Publico, na página dez, relativamente ao Bairro Municipal e portanto, aquilo que foi de alguma maneira despoletado pela Associação Olho Vivo, da qual eu não faço parte, portanto, gostava de deixar isto sublinhado, mas como na Assembleia Municipal várias vezes fiz intervenções relativamente há opinião de que, manifestando a opinião de que o Bairro, todo ele e não apenas a tal memória das onze casas que ficariam, e argumentando que seria útil, que seria interessante, que seria importante para a Cidade a manutenção, agora já não da totalidade, mas daquilo que existe, requalificado, com outros propósitos, portanto, isso não está agora em discussão, mas lendo o artigo que saiu no Jornal Público de hoje, há vários aspectos que são ali referidos, um deles parece que os jornalistas, inquiriram algumas pessoas, não sei se muitas se poucas mas as que inquiriram, manifestam um certo desagrado com a própria dimensão dos novos apartamentos, eu não os conheço, portanto não posso ajuizar relativamente a isso, mas a questão da classificação é que interessa agora. A Direção Regional de Cultura, diz que aquilo não tem interesse para ser classificado como monumento Nacional, mas que a Câmara Municipal, poderia classificar como interesse Municipal. Eu também subscrevo isso, parece-me é que a Direção Regional de Cultura, uma vez mais “sacode a água do capote” ou se preferirem outra expressão, “lava as mãos como Pilatos”. Já não é a primeira nem a segunda vez que eles tomam esta atitude, bom, aquilo é bonito e tal, se a Câmara quiser...! Bom, por acaso, não por acaso, mas por bem ajuizado, a Câmara Municipal nos últimos anos, tem efetivamente tomado a atitude positiva, eu lembro aqui por exemplo, a Muralha, a dita Muralha Romana que está ali na Rua formosa, que foi musealizada pela Câmara Municipal, também houve um parecer que era: Bom, Se quiserem enterrar aquilo enterrem, se não quiserem enterrar não enterrem. Ou seja, sacudiram a “água do capote” para a Câmara Municipal, e a Câmara Municipal, e muito bem fez a musealização daquilo, podemos concordar ou discordar, mas fez. E penso que assumiu até a despesa em cem por cento, na totalidade. Portanto, a Direção Regional de Cultura, uma vez mais lava as mãos, relativamente agora a esta questão do Bairro Municipal. Já várias vezes disse aqui que achava que aquilo deveria ser até classificado como um Centro Histórico. Claro que um Centro Histórico com características diferentes do nosso Centro Histórico que à bocado aqui o Teodósio referiu, mas devia ser classificado como Centro Histórico, no sentido de que, é uma parte muito importante de um período muito longo da nossa história contemporânea. O Bairro por exemplo de Massorim, foi completamente descaracterizado durante anos e anos com aqueles prédios que são uns “mamarrachos” que foram lá construídos, destruindo dezenas de vivendas e moradias marcantes de uma época, só recentemente é que foi obrigatório manter as fachadas, mas aquilo está completamente descaracterizado. Ora, agora tínhamos aqui uma boa oportunidade de uma classificação que não iria implicar grandes condicionamentos em termos de intervenção, daí subscrever a *Mocção* do Bloco de Esquerda, na medida de que é razoável, não há ali nenhum... a *Mocção* não apresenta nada que seja um crime de Lesa Pátria para a própria Autarquia. Penso que era de olhar para aquele local, não como local enfim, de pobreza, mas requalificá-lo, e dar-lhe uma nova filosofia de habitabilidade. Portanto eu só podia vir aqui subscrever isso, evidentemente que já temos lá um bloco construído, ou praticamente construído. Está construído, pronto, mas penso que, se para além das onze casas ficassem lá as oitenta e tal ou noventa e tal, não sei exatamente quantas ao todo, acho que não era má ideia. O Senhor Professor Diamantino, pois, defendeu, e eu acho que bem, cada um deve defender a sua dama, aquela obra evidentemente, eu discordo aqui da questão da construção daquele prédio, mas em todo caso acho podemos reclassificar aquele Bairro e olhar para ele noutra perspectiva, com os Arquitetos que temos na Câmara, nos gabinetes, são pessoas competentes e portanto poderiam fazer um projeto que fosse inovador até, Inovador. Obrigado.....

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS: Obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado



Diamantino. Tem a palavra.-----

- **TREZE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CORAÇÃO DE JESUS DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD)**: Senhor Presidente em Exercício, permita-me a dispensa de cumprimentos uma vez que é já uma segunda intervenção, mas para dizer o seguinte sobre esta matéria: Respeitando opinião dos meus colegas de bancada, quer do Bloco de Esquerda, quer do Partido Socialista, mas naturalmente eu acho que a Direção Geral da Cultura fez bem em por nas mãos do Município a decisão de um território que pertence ao Município e nesse sentido, convictamente acredito que a bancada do meu Partido, defenda de facto a solução que o Município encontrou para ali, por uma razão tão simples quanto esta. Para mim primeiro estão as pessoas, e as pessoas hoje, merecem de facto mais qualidade, nomeadamente na habitação. É curioso que eu tenho a indicação que o Município fez um questionário aos moradores naquele Bairro que disseram que queriam continuar a viver ali, mas seguramente que não querem viver nas condições que atualmente têm. Como é que eu posso ter uma família de duas, três pessoas a viverem em cinquenta, sessenta metros quadrados?

Não tenho e desafio qualquer um desta Assembleia a fazer uma experiência desse tipo. Como é que é possível viver uma família estruturada em casas de banho que nem dois metros quadrados têm em salas extremamente exíguas em quartos que não se consegue andar à volta da cama como é que isto é possível meus senhores? Portanto, eu continuo convictamente a defender a posição da Câmara, como também acredito que esta questão da memória futura, será naturalmente salvaguardada, e uma coisa que eu acho que é de facto importante, é por aquilo que eu vou ouvindo, acho que as dinâmicas daquele local fazem-se com as pessoas e aquilo que está previsto para lá, com certeza que vai trazer uma centralidade para aquele local, mas uma centralidade que haja dignidade e que haja urbanidade. Portanto, acredito piamente que o Grupo Parlamentar do qual faço parte não vá seguramente votar favoravelmente as Moções que aqui foram apresentadas. Muito Obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS**: Muito Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra Senhora Deputada Manuela Antunes.-----

- **CATORZE - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE)**: Bom, é só para dizer o seguinte: Em cem casas, treze casas foram abaixo apenas. De todas as pessoas no Bairro e o Bloco já teve o cuidado de falar com a grande maioria dos habitantes desse Bairro e tenho nominalmente, até que não vou dizer o nome das pessoas aqui, mas são pessoas que têm nome, todas elas não querem sair do Bairro e queriam as suas habitações recuperadas de acordo com a caracterização do Bairro, e portanto, é um desafio também para os arquitetos se calhar manter as casas e dar qualidade de vida e condições de habitabilidade a essas pessoas. Obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS**: Muito Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Pereira.-----

- **QUINZE - SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD)**: Senhor Presidente em Exercício da Mesa desta Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros Colegas desta Assembleia Municipal, Público Presente. Eu quis deixar terminar o debate sobre este aspeto relativo ao Bairro Municipal, porque aquilo que eu iria abordar era a outra parte da proposta que foi aqui apresentada, relativa ao voto do congratulatório, penso que foi essa a designação que utilizou. Portanto é nossa opinião que em democracia os diferentes Órgãos desempenham o seu papel. Cada um tem as suas responsabilidades e terá que tomar as suas deliberações de acordo com aquilo que é o respeito pela Lei, e portanto em democracia é assim que as instituições funcionam. Óbviamente que a experiência do Associativismo Municipal, é uma experiência que tem



vindo a ser trabalhada recentemente em molde diferentes daquilo que era feito no passado e é também a nossa opinião que realmente o associativismo municipal tem que ser melhorado. A Associação Nacional dos Municípios Portugueses, nós próprios, também já apresentámos algumas reticências relativamente à Lei que foi aqui referida e pensamos que a reformulação, decorre da apreciação que foi realizada, e essa reformulação deverá ter em conta essencialmente os contributos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses porque realmente quando estamos a falar de associativismo municipal quem melhor do que a Associação que congrega os diversos Municípios para realmente fazer valer a sua opinião. Por esse motivo, nós não consideramos que seja pertinente aprovar aqui o voto congratulatório que é proposto, pelo que o Grupo Parlamentar do PSD, vai-se abster relativamente a essa situação. Muito Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra agora o Senhor Presidente da Câmara. -----

- DEZASSEIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu não sei como vai ser estas perguntas e respostas nesta Sessão porque depois tenho que voltar atrás para o primeiro orador, mas de qualquer maneira, como vão ver Moções a serem votadas, eu folgo muito em saber que o Bloco de Esquerda se com preocupa com as CIMs. Fui o responsável por levar ao Senhor Presidente da República esta discussão e portanto, saber que o Bloco de Esquerda se preocupa com a inconstitucionalidade das CIMs, é uma satisfação. De qualquer maneira, foi considerado inconstitucional, mas penso que era bom saber-se, porque é que foi considerado inconstitucional, apenas porque se considera que as CIMs não são Autarquias e portanto prosseguem o interesse público. Por isso e também a figura do gestor, mas é curioso que naquilo que eu fui analisando havia algumas pessoas que achavam que era a vingança do Presidente Ruas contra não sei quem. Isso aquando da primeira vez que pedimos a inconstitucionalidade. O Bloco também esteve nisso. Bem, pedimos a inconstitucionalidade e era uma vingança. Quando o Senhor Presidente da República deu razão à Associação, o Bloco também veio dizer que, esta Assembleia deve dizer que sim senhor. Não deixa de ser curioso. Mas, já agora esclarecer muito bem esta história do Bairro Municipal, não deixar aqui nenhuma dúvida pelo menos até Outubro, nem uma dúvida. A primeira coisa é que nós não dispensamos, enquanto eu tiver estas funções, quem pede o interesse municipal é a Câmara, não é nenhum Deputado ou ex-Deputado do Bloco de Esquerda. Portanto, a primeira posição que dissemos à Direção Regional, nem sequer deveriam dar resposta. Era assim, poiam-no fazer agora, uma recomendação à Câmara e a Câmara faria ou não o pedido de interesse municipal. Era o que faltava, que uma pessoa pedisse o interesse municipal. Bem, então a Direção Regional a dar resposta nunca mais acabava, pelo menos havia com a mesma legitimidade cem mil habitantes que podiam pedir cada um deles o interesse municipal. Portanto, desde logo dissemos, quem pede o interesse municipal somos nós. Cuidem lá do interesse nacional e já não fazem pouco. Porque se cuidarem do interesse nacional, não estava a Cava como está que também é um monumento de interesse nacional. Portanto quem pede a declaração de interesse municipal, somos nós. Mas já agora também para poupar trabalho ao Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda não sei se é pelo menos à “Associação Olho Vivo”, mais isso do que o Bloco de Esquerda, eu sei que se confundem, não sei qual é o que tem o olho mais vivo, não sei, todos têm os olhos vivos, mas por as coisas no lugar. Fizeram agora um inquérito às pessoas já depois do prédio quase a concluir, e nós, fizemo-lo antes, antes de começar o prédio, aqui, com projeção, a dizermos às pessoas o que é que queriam para lá, e as pessoas aqui aplaudiam de pé, a dizer que queriam a solução que a Câmara lhe propõem. Eu sabia qual era a solução para aquele Bairro, era pôr lá algum representante do Bloco de Esquerda a morar, numa daquelas casas. Era capaz de ser uma boa solução. Morar ali definitivamente naquelas casas de quarenta metros quadrados e pronto, talvez assim se resolvesse. Então, o que é que a Câmara está a fazer! A Câmara está a arranjar um



número de casas que foram os técnicos que o decidiram para memória futura, onde vai meter Associações, uma delas já está destinada, acabámos de a conceder a uma Associação de Viseu, que lida com deficiência e portanto, é a primeira instituição a ocupar uma daquelas casas que a Câmara vai recuperar condignamente. Depois, outro tipo de serviços que sejam complementares ou necessários ao Bairro. Agora o que queremos fazer é: Num espaço nobre da Cidade, deixar lá nove casas para memória futura, e depois recuperar o resto do terreno com prédios que têm uma volumetria perfeitamente aceitável, baixa, e que dá condições aos moradores como de facto não têm neste momento. Também queria lembrar uma outra coisa, alguns dos moradores, têm ali segunda habitação, é bom a gente trazer os elementos todos, alguns com vivenda, aqui muito próximo e portanto até era muito bom, terem ali uma segunda habitação. Eu sei que o Bloco de Esquerda não sabe disso, nem é preciso, mas sabemos nós, porque somos nós que temos a responsabilidade. Temos a responsabilidade e não a deixamos passar por outros, até outubro, quem gera a Câmara somos nós. Somos nós, e tanto me faz que tenham este tipo de atuação como não, é perfeitamente indiferente. Já agora uma outra coisa, deixou aqui também esta questão, virou-se para mim, “e os requerimentos à Assembleia Municipal”, pronto, tudo bem, pronto, mas este tipo de perguntas, são feitas à Assembleia Municipal. Foram requerimentos feitos à Assembleia Municipal. Eu só queria dizer que não dou essa resposta. Dá-la-ei à Assembleia Municipal, quando o Presidente da Assembleia Municipal a solicitar. Só também uma nota que é capaz de ter alguma importância, o Público, o aqui tão falado, o jornal, não ouviu a Câmara e podia tê-lo feito. Nós sabemos como é que essas coisas são feitas. A Câmara era o principal réu entre aspas, então, poiam-nos ter ouvido para nós darmos resposta ao Público, mas não. O Público, não nos ouviu, quer dizer, todas as opiniões interessavam, menos a da Câmara que é quem tem a última palavra. Já se vê assim porque é que a notícia saiu desta maneira não é! E depois já agora, “poupando o que resta do Bairro”, nós, apenas porque não tenho mais tempo porque quero dizer que aquele plano era para levar até ao fim. Neste momento está o edifício feito, que o hei-de inaugurar e entrega-lo às pessoas e quero ver na altura se as pessoas gostam mais ou menos do que das habitações de onde saíram, e depois de resto, cada um a partir de outubro, fará como entender. Espero que haja na mesma continuidade e portanto façam aquilo que está projetado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Pelo menos já estou um bocadinho mais aliviado. O Dr. Luís Martins, fez aqui um autêntico milagre.-----

Portanto há aqui quatro questões que é preciso esclarecer. Uma por aquilo que me informaram os Senhores Secretários da Mesa, é a questão da Senhora Deputada ter referido que não lhe têm sido prestadas as informações que efetivamente considera fundamentais para o exercício da sua função. As informações não são requeridas oralmente, enfim, não são muitas porque de facto os Senhores Deputados, não pedem muitas informações. Mas sempre que algum dos Senhores Deputados requer através da Mesa uma informação à Autarquia, o que faz a Mesa, é remeter esse pedido de informação para a Autarquia que depois, o fará chegar por esta mesma via. Portanto, se algum dos Senhores Deputados pede oralmente nesta Assembleia, é pressuposto que o Senhor Presidente, preste esclarecimentos, normalmente presta. Agora se não forem deste tipo, terá que o fazer por escrito, e quando a Mesa receber algum pedido por escrito, eu remeterei exatamente para o Senhor Presidente da Câmara. Em relação aos três textos, eu vou-lhe chamar assim para depois precisar melhor aquilo que aqui está. Sei que em relação à questão do Rancho Folclórico de Torredeita, está portanto, consensualizado entre a Assembleia Municipal a aprovação desta recomendação ao Executivo. Obviamente que o Executivo depois, como é matéria que não é da competência desta Assembleia Municipal, o que é da competência desta Assembleia Municipal foi a aprovação do regulamento que está na base dos Galardões que atribuem às diferentes instituições. Portanto, sobre esta proposta, eu iria pô-la já à votação, para ficar já este assunto



arrumado. Eu perguntava se alguém está em desacordo com esta proposta do Rancho de Torredeita? Não me parece, alguém se abstém? Portanto esta é uma recomendação que a Assembleia Municipal, assume em sintonia também com o Executivo. Em relação a este voto de congratulação, eu também o iria pôr de imediato à votação. Um Voto de Congratulação sobre o Tribunal Constitucional, pelo Exposto, a Assembleia Municipal de Viseu Reunida em vinte e quatro de junho de 2013, delibera:-----

- Um – *Congratular-se com a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal Constitucional sobre o estatuto das entidades intermunicipais e o novo regime jurídico para as autarquias locais;*-----

- Dois – *Manifestar a vontade de que sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais;*-----

- Três – *Exigir o respeitamos pela autonomia do poder local.*-----

Pergunto aos serviços se está feita a contagem do quórum da sala, para efeitos de votação? Eu pergunto quem é que vota contra? Este voto de congratulação. Quem vota a favor? O Voto de congratulação eu pergunto quem vota contra este voto de congratulação? Quem vota a favor? Faça o favor de levantar o braço. Quem vota a favor? Quem se abstém? Portanto, este voto de congratulação foi Aprovado com nove votos a favor, quatro contra e quarenta e três abstenções.-----

Depois temos uma recomendação que é da competência da Autarquia Local, sei que o debate já foi feito, e portanto aquilo que a mesa fará é fazer chegar ao Executivo exatamente a recomendação em relação ao Bairro Municipal, é este o procedimento que temos seguido sempre. É isso que iremos fazer, isto não será votado como é habitual neste tipo de recomendações ao Município. É uma competência, aliás na altura como se recordaram, foi pedido um parecer aos serviços jurídicos quer da Autarquia quer da Associação Nacional de Municípios e é com essa mesma fundamentação que isto será remetido para o executivo. Dou então agora a palavra à Senhora Deputada Fernanda Ferreira do Partido Socialista. -----

- **DEZASSETE - A SENHORA DEPUTADA FERNANDA SUL FERREIRA (PS):** Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, Público presente. Os valores e atitudes que sustentam a cidadania ativa, são mais bem enraizados quando trabalhados e desenvolvidos desde a infância e adolescência. É neste contexto que pretendo fazer referência ao acontecimento que decorreu no passado dia vinte e sete de maio neste Salão Nobre demonstrativo do entusiasmo e sentido de cidadania dos alunos do nosso Concelho. Portanto, a VIII Sessão Plenária da Assembleia Municipal Infantil. Participaram oitenta alunos de diversos estabelecimentos de ensino, após serem eleitos pelos colegas em representação dos Agrupamentos de Escolas de Viseu Norte, Viseu Sul, Zona Urbana de Viseu e Colégio da Via Sacra. O tema proposto, “Cidadania, a Minha Intervenção no Futuro” transversal a todo o processo educativo, constituiu o ponto de partida para debate e reflexão nas escolas e que culminou com a apresentação de excelentes trabalhos pelos alunos participantes. Foi um momento ímpar de prática de cidadania por parte dos mais novos, na medida em que lhes proporcionou vivenciar a experiência de uma Assembleia Municipal onde no papel de Deputados, puderam apresentar propostas que gostariam de ver concretizadas para o futuro da sua cidade, bem como fazer questões pertinentes sobre a atualidade e a realidade das suas escolas. A participação neste projeto, potenciou aos nossos alunos maior consciencialização do seu papel enquanto futuros cidadãos, assim como a compreensão de que a prática da cidadania é um direito e um dever de todos tornando-se fundamental a necessidade de uma postura crítica de participação ativa em atividades destinadas à construção de uma sociedade melhor. Saliento também o papel preponderante que teve esta experiência ao proporcionar-lhes uma melhor percepção da complexidade da atividade política, e ao fazer ver-lhes que a capacidade de ouvir cooperar e respeitar



opiniões divergentes é um imperativo para a construção de medidas conducentes à credibilização e prestígio da classe política. Enquanto docente envolvida no projeto, e Deputada Municipal do PS, congratulo-me com esta importante iniciativa que esta Assembleia Municipal se associou. Muito Obrigada.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada, e agradeço a sua intervenção porque de facto foi das propostas que eu fiz com gosto há oito anos à esta Assembleia Municipal, e acho que têm sido bons momentos de prática cívica e sobretudo verificar como estes jovens Deputados se empenham não só na preparação dos seus trabalhos mas também a forma como debatem aqui as diferentes matérias, penso que em boa hora por minha iniciativa esta Assembleia Municipal, decidiu começar a realizar esta Assembleia Municipal Infantil, e espero que seja uma prática que esta Assembleia venha a seguir no futuro. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado José Costa.-----

- **DEZOITO - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOS SANTOS COSTA (PPD/PSD):** Muito boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereação, Deputados da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta, Estimados Concidadãos e Comunicação Social. Se falhar alguma coisa a ler, faltam-me os óculos e a presbiopia, uma coisa que me acompanha já há algum tempinho. Antes de abordar a temática da minha intervenção quero transmitir o quanto me alegro e me enche de orgulho como Viseense o facto do Doutor Fernando Ruas ter sido condecorado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Professor Doutor Cavaco e Silva com a Ordem de Mérito Grã-Cruz. É essa forma como se tem dedicado à nossa Terra Natal em conjunto com as equipas que liderou, e a motivação que criou nos Viseenses fizeram de Viseu a Cidade com Melhor Qualidade de Vida em Portugal, onde dá gosto viver. Cidade Jardim, verde natural conquistou no seio dos Viseenses que dela usufruem e fruem regularmente e dos Portugueses que a visitam pelos mais diversos motivos, lugar muito particular no seu coração, devido à forma harmoniosa como se tem desenvolvido, e se apresenta cada dia mais bonita em suas telas coloridas. A edição dos “Jardins Efémeros 2012” que ocorreu entre os dias dezassete e vinte dois de julho, contemplou, um conjunto de atividades que dinamizaram o Centro Histórico de Viseu, e serviram de articulação entre a comunidade local, visitantes e produtores locais, contribuindo também como outras atividades para a beleza e a dinâmica cultural. Foi uma iniciativa de enorme valia local dinamizada em parceria entre entidades de referência, nomeadamente a Câmara Municipal de Viseu, a ADDLAP, a Associação Comercial de Viseu, o RIV, entre outras, que introduziu uma visão inovadora, criativa e contemporânea da cultura e saber fazer no território e os reflexos não se fizeram esperar, foi evidente o reflexo do sucesso da iniciativa na comunicação social local e nacional obtendo uma grande projeção quer do evento quer do território, particularmente no que respeita às atividades culturais e aos produtos endógenos. Concomitantemente, porque a iniciativa se revestiu de traje domingueiro, engalanou o Centro Histórico de Viseu, com uma grande dinâmica social, comercial e turística consequência dos trinta mil visitantes, dos noventa e cinco por cento de taxa de ocupação das oficinas realizadas e da exposição e venda dos seus vinte e dois produtores. Foi algo marcante na vida da cidade, a memória da iniciativa está bem presente, tendo obtido rasgados elogios dos Viseenses, estando disponíveis para vivenciar de novo os “Jardins Efémeros” que se vão tornando cada vez mais perenes. Este ano, em julho de dois mil e treze, com mais dias de vinte e dois a vinte e oito de julho os “Jardins Efémeros”, com a realização de Sandra Oliveira, estão de regresso para nos convocar a participarmos no convívio social da população em espaço público. Esta é também uma forma de devolver e trazer ao centro da Cidade a população, os agentes económicos, os agentes políticos, a comunidade artística, reforçando a importância de estar com e na Cidade. Esta forma de oxigenar e dar vitalidade em áreas centrais da Cidade pode valorizar a sua cultura, a sua especificidade e abrir novas perspectivas de versar a cidade. É esta linguagem contemporânea de promover a região, fazendo emergir os seus produtos e as suas gentes respeitando o arroz de carqueja, o cabrito grelhado, os viriatos, o vinho do



dão que permite novas longitudes e latitudes num mundo cada vez mais globalizado. Ser diferente pela atratividade, é ser apetecível e facilmente recordado. É este despertar de emoções que irão perpetuar na consciência individual e coletiva, e funcionaram como venda direta, boca a boca desta Cidade de Viseu, *Nobre Cidade Senhora da Beira e Eternamente Bonita*. Valorizar os nossos produtos e as nossas gentes, recorrendo à criatividade e há inovação, é o que os "Jardins Efémeros" em minha opinião, têm conseguido tornar perene.-----

Felicito a Câmara Municipal de Viseu, a ADDLAP, os parceiros de referência e os Viseenses que de alguma forma se disponibilizaram para valorizar a nossa terra, com iniciativas desta grandeza desejando-lhes naturalmente os maiores sucessos.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal.-----

- **DEZANOVE - SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL M. M. ALBUQUERQUE (PS):** Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimos Presidentes de Junta, Público em Geral, Comunicação Social. Venho fazer três felicitações muito breves. Uma ao nosso Académico de Viseu, pelo excelente resultado obtido pela subida de divisão, estamos também certos que o impasse que entretanto se gerou com a falta de apoio das forças vivas da Cidade, vai ser ultrapassado, porque todos nós vamos querer um Académico de Viseu forte na próxima época, na segunda liga. A segunda felicitação, naturalmente também e no campo do desporto, terá quer ser ao Lusitano de Vildemoinhos, que está de parabéns porque subiu para os Campeonatos Nacionais e isso é de assinalar, dois Clubes do mesmo concelho terem tão bons resultados. Não queria deixar acabar esta minha intervenção sem fazer a referência ao magnífico espetáculo que tivemos a oportunidade de assistir, no passado dia catorze de junho, também com a colaboração da Câmara Municipal de Viseu, e estou a referir-me ao musical, realizado pelo Colégio da Via Sacra, foi um momento excelente, um momento magnífico e que prova bem que em Viseu, há muita qualidade e podem-se fazer espetáculos de larga escala, e por conseguinte queríamos deixar esta palavra de apreço pelo trabalho, pelo empenho também feito pelos alunos e por todos os profissionais do colégio da Via Sacra. Muito Obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Sofia Pires.-----

- **VINTE - A SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhores Deputados e Deputadas, Comunicação Social e restante Público. A Cultura, tende a afirmar-se como um valor independente representando cada vez mais um espaço de convivência e partilha entre os cidadãos que podem não comungar necessariamente as mesmas ideias, mas sentem o mesmo desejo de convivialidade. A dimensão cultural, longe de ser um simples acessório da vida moderna constitui uma componente essencial para humanizar a nossa comunidade, recuperando para ela espaços e tempos que lhe foram retirados. É uma cultura diversificada e plural que se expressa tanto à escala da Cidade como na dimensão global do concelho. A Câmara Municipal de Viseu, tem-se assumido como agente efetivo na promoção dinamização, concretização e credibilização de importantes projetos culturais, não só à escala local mas também a nível nacional e internacional, e o exemplo vivo disso, no ano que atravessamos é o "Viseu Naturalmente" projeto cultural da Câmara Municipal, que se iniciou em abril e que se estende até setembro/outubro. Se o "Festival de Música da Primavera" em abril, e o "Festival do Teatro Jovem" em maio fazem já parte da identidade cultural da Cidade, que traduzem o exemplo vivo de como as parcerias são um instrumento fundamental para o sucesso dos eventos a programação cultural, diversificada e vasta que a Câmara Municipal de Viseu apresenta e que de alguns dos eventos já tiveram o seu palco é



sobejamente reconhecida como um exemplo de animação cultural, e lúdico, pedagógica para os Viseenses e todos os que nos visitam. Se os tempos são adversos e muitos acham que a cultura é algo de secundário e supérfluo, Viseu e a sua Câmara Municipal contrariam tal ideia proporcionando um amplo cartaz de oferta cultural intensa, de acesso totalmente gratuito que merece ser destacado. Desde a Música, à Dança, ao Teatro, às Letras, às Feiras Temáticas, aos Museus, ao Desporto a Conferências, a Atividades Lúdicas, à Moda, ao Cinema, à Produção, o “Viseu Naturalmente” oferece todos, uma multifacetada oferta para todos os gostos, todas as gerações e todos os públicos, exemplo de vitalidade e dinamismo. Destaque especial à capacidade da Câmara Municipal de Viseu de chamar a si uma panóplia imensa de agentes culturais, desportivos, económicos, educativos e turísticos, que em parceria atingem patamares de qualidade elevados e que face à envolvimento técnica e financeira da Câmara conseguem em conjunto produzir mais e melhor, fazendo-nos sentir orgulhosos de tão vasto e rico cartaz. Destaco por exemplo, além dos eventos já referidos, os concertos de final de ano do Colégio da Via Sacra, da EBI Jean Piaget, do Conservatório Regional de Música, da Academia de Dança de Viseu, o Cinema na Praça, o Festival de Curtas, os Jardins Efémeros, o Festival de Jazz, o Encontro de Artes, a Animação da Feira das Antiguidades, a vinda de grandes concertos musicais como a da Orquestra Filarmónica das Beiras, o da Orquestra Ligeira do Exército, os Jogos Desportivos, a Festa das Freguesias, a Feira Social, a Festa da Tradição Vida, as Marchas dos Santos Populares, a Feira do Desporto, e tantos, tantos outros que sem este catalisador económico e técnico logístico da Câmara Municipal não poderiam acontecer. Mas também muitas outras opções de produção nacional e viseense que por contratação direta, virão e estarão em Viseu, a partilharem momentos únicos como por exemplo: A Mara Pedro, o Coro Mozart, a Catarina Rocha, as Tunas Académicas, a Carla Caramujo, os Alunos de Apolo, o Carlos Guilherme, a Isabel Alcobia, o António Zambujo, o Teatro de Montemuro e tantos outros. Viseu está no caminho cultural certo. Além do apoio ao Teatro Viriato, ao Conservatório de Música, ao lugar presente e às atividades constantes da Biblioteca Municipal e da Rede Municipal de Museus, Viseu, oferece-se na primavera e no verão com um grande e forte dinamismo cultural, que merece elogio e orgulho de todos nós. “Viseu Naturalmente”. Obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo. O Senhor Deputado prescinde, dou então a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. Também não está na sala, dou então a palavra ao Senhor Deputado António Vicente.-----

- **VINTE E UM - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGEIREDO (PPD/PSD):** Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público presente, Senhores Jornalistas. Quero em primeiro congratular-me, porque nesta Assembleia, ouvi nas intervenções que me antecederam muitos elogios à atividade de realização da Câmara Municipal, e isso satisfaz-me, porque para além dos elogios à Câmara Municipal, houve também elogios às Instituições Culturais que acompanham esta realização do Município. Nesta intervenção, queria não elogiar, mas sim chamar à atenção para uma outra capacidade que o Executivo Camarário tem manifestado que é, a capacidade de captar verbas dos fundos comunitários para realizar também obra. Neste particular quero lembrar aqui, que há uns anos atrás, nesta Assembleia do mês de junho, e durante todo o período de verão, era comum nós ouvirmos críticas ao estado poluído do Rio Pavia e aos maus odores que nós tínhamos de suportar no período da Feira de S. Mateus, e neste período do verão. Pois bem, com a despoluição do Rio e com a limpeza que foi feita e com a colocação de coletores para captar os esgotos que diretamente descarregavam no Rio Pavia, é possível, nós termos hoje um Rio que tem água, pelo menos por enquanto, um Rio que se libertou dos maus cheiros e que começa a oferecer uma imagem atraente. Depois disto, recordamos também aqui que, através do Programa Polis, houve a possibilidade de recuperar toda a Radial de Santiago, e roda a zona envolvente do



Rio Pavia. Na Radial de Santiago, hoje temos espaços de lazer e com atividades diversificadas na área do desporto com apoio de cafetarias para essas atividades, e na zona envolvente do Rio Pavia havia algumas manchas que entretanto, têm vindo a ser resolvidas. Recordo aqui, uma mancha por todos conhecida que era o antigo Matadouro Municipal e Largo do Matadouro, e é com grande satisfação que nós hoje vimos no antigo matadouro, um edifício que serve de sede ao Orfeão de Viseu, é com agrado que nós vimos a colocação de uma ponte pedonal feita de materiais compósitos, numa colaboração estreita entre o Instituto Técnico, Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura do Instituto Técnico da Universidade Técnica de Lisboa e a Câmara Municipal, através da Sociedade Viseu Novo, e é com satisfação que nós vimos também que está a decorrer o concurso para a recuperação do Largo do Matadouro e para os arranjos exteriores de toda aquela zona envolvente que vai permitir que o Concelho de Viseu, não apenas o Orfeão, passem a dispor de novo espaço cultural, que é o edifício do Orfeão, mas também o Largo do Matadouro, onde vai ser erguido um anfiteatro ao ar livre que permite uma multiplicidade de atividades culturais ao ar livre. Minhas Senhoras meus Senhores, nós hoje através deste esforço e desta capacidade da câmara de atrair os fundos comunitários, temos obra na Cidade de Viseu. O Orfeão de Viseu foi construído através de um Programa Comunitário que foi proposto e foi orientado pelo Município de Viseu que foi exatamente o Projeto Regeneração Urbana, e através deste projeto, foi possível recuperar uma série de imóveis. Mas claro, perguntarão está tudo feito? Não, e ainda bem que não, porque o Senhor Presidente, terá que deixar alguma coisa para quem o vier a suceder. Há manchas ainda naquela zona do Rio Pavia logicamente, mas que são da iniciativa privada, mesmo ao lado do Orfeão de Viseu, continuamos a ter ali um espaço que é da iniciativa privada, quer dum lado quer do outro, com edifícios em ruínas e com terrenos que, não sei qual será o destino que lhe vai ser dado. De qualquer forma o que eu pretendia efetivamente nesta intervenção, era enfatizar este esforço da Câmara e congratular-me por aquilo que está a acontecer no Largo do Matadouro, desde os arranjos exteriores, à colocação, que foi uma promessa do Senhor Presidente da Câmara da ponte pedonal que vai permitir a ligação entre as duas margens e vai permitir a circulação das pessoas, não apenas no período da Feira de S. Mateus, e como foi dito à Comunicação Social e muito bem, permitindo inclusive até que no período da Feira se possa realizar atividades na margem esquerda do Rio Pavia, basta atravessar a ponte, nós esperamos ter lá, nós digo, nós cidadãos do Concelho e nós também que estamos ligados ao Orfeão de Viseu, esperamos ter lá um espaço nobre, para depois poder receber espetáculos de toda a espécie. Muito Obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Pedro Baila Antunes quer colocar uma questão ao Senhor Deputado que antecedeu. Faça o favor, tem a palavra.-----

- VINTE E DOIS - SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Muito boa tarde a todos, dispensava os cumprimentos formais, porque já os oferi na última intervenção. Eu queria perguntar ao Senhor Professor Vicente, se acha que realmente o Rio Pavia está completamente despoluído? Isto é, a Câmara investiu muito dinheiro, fez um belo trabalho a vários níveis, desde logo como referiu os coletores foi uma questão fundamental, eu diria que os níveis de poluição baixaram bastante, mas em termos de senso comum, este ano até é um bom ano, felizmente houve níveis de pluviosidade bastante significativos, mas num mau ano infelizmente, apesar dos milhões ou milhares, ou milhões mesmo investidos, o rio ainda é um rio poluído infelizmente. E muito do que a Câmara podia ter feito, e pensou, gizou bem, o principal foi feito mas ainda haverá muito trabalho a fazer porque inclusive em termos de senso comum, vai ser perceptível pelos odores neste mês de agosto garanto-lhe, por exemplo, ainda hoje certamente a jusante da cidade na Azenha por exemplo, é perceptível em termos dos peixes, eu tenho falado muito disto nesta Assembleia, em fim disse logo que a questão de terem repovoado o rio com trutas, era risível, não ia ser levado



a bom porto. Atualmente vê-se peixes só em determinados pontos que aguentam níveis de poluição muito significativos. Mas é um rio ainda poluído pese o esforço que a Câmara tem tido ao longo dos últimos mais ou menos vinte anos. Já agora, aproveito a oportunidade para, na sequência do que já referiu para elogiar a Câmara, pela excelente solução daquela ponte pedonal, salvo erro começou hoje a ser implantada entre o Orfeão e o espelho de água. É uma solução muito inovadora, nós precisamos às vezes destes exemplos. Quer a nível nacional, quer mesmo internacionalmente a solução preconizada pelo Instituto Superior Técnico, e a Câmara promoveu isso, é uma excelente iniciativa e aquela pontinha, pode ser muito emblemática, mesmo a ter alguma atratividade em termos técnicos na área da Engenharia Civil. Era só.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** O Senhor Deputado, não colocou nenhuma questão. Mas de qualquer maneira, o Senhor Deputado António Vicente de Figueiredo se quiser responder, tem a palavra.-----

- **VINTE E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGEIREDO (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente, muito rapidamente para dizer ao Senhor Deputado: Senhor Deputado, quem sou eu para dizer que o Rio Pavia está totalmente despoluído? Eu nunca afirmei isso e nunca irei afirmar, e penso que ninguém poderá afirmar isso. O Senhor sim, o Senhor é um especialista na matéria, poderá dizer que não. Eu não, nem sequer me atrevo a dizer isso. Agora o que lhe posso garantir é que o Rio Pavia, está melhor do que o que estava, e também lhe posso dizer que “*Roma e Pavia não se fizeram num dia*”, e termino aqui.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Aqui aplica-se literalmente a expressão. O Senhor Deputado João Paulo Rebelo não estava na sala, mas eu dou-lhe a palavra.-----

- **VINTE E QUATRO - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS):** Muito obrigado Senhor Presidente. Necessidades fisiológicas impediram. Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. A minha intervenção neste período Antes da Ordem do Dia, prende-se com digamos, um esclarecimento que queremos deixar aqui feito nesta Assembleia, mas simultaneamente também um desagrado face, enfim, à polémica recente que houve com a utilização do espaço público para atividades político partidárias. O esclarecimento é de que, o Partido Socialista, votou nesta Assembleia Municipal uma matéria que trazida pelo Executivo da Câmara, recordo bem as palavras do Senhor Presidente da Câmara à data, que referia que o Rossio era uma espécie de salão de visitas do nosso Município, e que portanto, a Câmara se esforçava para manter o nosso salão de visitas arranjado, tratando devidamente digamos, de todo aquele espaço e que lamentavelmente em alturas de campanha partidária, de campanhas eleitorais, os Partidos enchiam o Rossio de propaganda, lembro até que nessa Assembleia, foi até posta em causa digamos, a utilidade dessa campanha, uma vez que acabava por funcionar muito mais como poluição visual do que propriamente digamos, informação que depois chegaria aos Municípios e portanto aos cidadãos. O Partido Socialista, eu julgo que aconteceu até aqui e durante algum tempo uma espécie de acordo de cavalheiros, pelo menos entre os principais Partidos que efetivamente deixaram de colocar campanha no Rossio. Parece-me que foi o que aconteceu durante algum tempo. Mas depois efetivamente passou-se a escrito, e passou-se a escrito num regulamento aprovado nesta Assembleia, mas que se referia à afixação de campanha política. Ora, o caso que foi digamos, protagonizado com a Câmara Municipal e com o CDS, que eu também não posso deixar de notar, que não estão presentes nesta Assembleia, não sei se ainda estarão reunidos no Rossio, ainda a discursar desde sábado passado, mas a verdade é que a ausência dos Deputados do CDS desta Assembleia digamos, não inviabiliza o que é uma questão de princípio que o Partido Socialista aqui quer deixar bem clara. O Partido Socialista, que inclusivamente e pela minha voz nesta Assembleia há uns anos atrás, vim em defesa de uma atividade que o Partido Socialista tinha organizado também num espaço público da nossa Cidade, no caso



no Museu Grão Vasco, porque à data, isso teria indignado nomeadamente o PSD, e recorde que foi o Deputado Manuel Teodósio que veio digamos, fazer esta acusação ao Partido Socialista, de que estaríamos a instrumentar lamentavelmente e vergonhosamente uma instituição respeitável como é o Museu Grão Vasco. O que na altura o Partido Socialista fez, foi uma coisa simples, nem sequer dirigindo esse pedido à Diretora, à data do Museu Grão Vasco, mas sim a uma pessoa, a uma empresa que explorava no Museu Grão Vasco a cafetaria e o restaurante do Museu e portanto, tal como uma indústria farmacêutica lá poderia e lá fez vários encontros, tal como grupos de amigos se reuniram em jantares e encontros também o Partido Socialista, apresentou nesse ano a sua Comissão de Honra, naquele espaço. Isso causou também aqui uma polémica na Assembleia Municipal, que era lamentável, e eu portanto quero aqui demonstrar a coerência que o Partido Socialista tem nesta matéria. Á data, viemos defender a nossa posição, nem compreendemos outra, mas que diabo é que pode passar pela cabeça de alguém que os espaços públicos não sejam utilizados para, do nosso ponto de vista, são o palco, não há outro, são o palco precisamente para a atividade política. Aliás se remontarmos precisamente à Grécia Antiga portanto a “polis”, a vivência da Cidade e a participação era feita obviamente nos espaços públicos. Nunca percebemos que da parte da Câmara Municipal houvesse digamos, estas reticências, mais do que reticências esta afirmação em fechar os espaços públicos aos Partidos. Eu sou militante de um Partido, a esmagadora maioria das pessoas que aqui estão presentes, são militantes de Partidos. Eu não milito uma qualquer associação de mal feitos. Eu milito o Partido Socialista. O Partido Socialista, é um Partido como os outros essencial à Democracia. Não conheço nenhum sistema democrático que não tenha Partidos. Não conheço também, ou não acredito naqueles que defendem democracias com Partidos únicos. E portanto, não é vergonha nenhuma. Eu sou militante de um Partido, assumo-me como tal, e como tal também, vejo com muito maus olhos que o Executivo Camarário entenda que os espaços públicos não são dignos, ou melhor são dignos demais para a realização de atividades políticas. A política é uma atividade nobre, e é precisamente aos Partidos e aos militantes dos Partidos que cabe fazer esse papel. Dignificar a atividade política. O contributo que a Câmara Municipal de Viseu, ou o seu Executivo, deu à descredibilização da classe política do nosso ponto de vista é lamentável. O Museu do Quartzo, o Solar do Dão, o Museu Grão Vasco, a Biblioteca Municipal, naturalmente as escolas, todos esses devem ser espaços usufruídos pelos Partidos, pelos cidadãos organizados, e naturalmente fazendo um uso absolutamente responsável desses espaços. Mais, dar-lhe aos Partidos, a oportunidade de fazerem atividades nestes espaços é precisamente divulgar promover e esses mesmos espaços. Portanto, o Partido Socialista, não podia deixar de passar esta Assembleia Municipal, sem dar nota do que efetivamente aconteceu nos últimos dias, que inclusivamente deixou a Câmara Municipal numa situação muito desagradável, que é ter a Comissão Nacional de Eleições depois, nomeadamente a dizer que evidentemente a Câmara Municipal não se pode refugiar em regulamento nenhum, que evidentemente e toda a gente percebe isso, contraria a Lei da República e nomeadamente a própria Constituição. Em suma o Partido Socialista defende a utilização dos espaços públicos, quer que isso também seja a posição clara que esta Assembleia deve ter, nomeadamente através do seu Executivo, porque episódios destes infelizmente também só deixam Viseu nas notícias pelas más razões e não são essas que nós defendemos evidentemente para a nossa Cidade. Muito Obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O Dr. Fernando Ruas quer responder já a esta Questão?-----

- VINTE E CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Quería Senhor Presidente. Quem descredibiliza a política e os políticos, são atitudes como essa. A Câmara Municipal apenas deu resposta a quem utilizou, a quem fez o pedido para utilização do Rossio, numa deliberação assumida nesta Assembleia por unanimidade. Então aonde é que os Senhores estavam quando assumiram isso. Foram os Senhores que assumiram aqui



por unanimidade. Por unanimidade, já agora não brinquemos com as coisas. A Comissão Nacional de Eleições não deu razão a ninguém. O que veio dizer foi que não era ilegal a utilização do Rossio. Mas isso sabíamos nós, como sabiam os Senhores. Os Senhores é que disseram que o Rossio não podia ser utilizado. Por unanimidade. Então mas como é que é? Desprestigia a Câmara? Viseu é desprestigiado com afirmações como aquela que o João Paulo aqui veio dizer. Que é dar o dito por não dito. Já agora uma outra coisa. Referiu a história do Partido Socialista com o Museu Grão Vasco. O Candidato do PSD, pediu o Museu Grão Vasco e foi-lhe recusado agora. Então mas como é que é? Acha que o Museu do Quartzo e não sei o quê, é tudo utilizado? Claro. E já agora outra coisa, os Partidos também devem responder e honrar os compromissos. Ainda hoje há Partidos que pedem a utilização por congressos à Câmara Municipal. Sabia disso? Por mais ofícios que a Câmara mande a pedir as despesas a que se sujeitaram, nem resposta dão. Mas não é um bom exemplo? De quem é este edifício, não é da Câmara Municipal? Fora da Assembleia há mais alguma entidade que utilize isto do ponto de vista partidário. E de que maneira. Este salão que não fica barata ao erário público é utilizado constantemente, com comícios, com apresentações de candidatos, com política. Portanto não venham com essa história que a Câmara fecha os espaços públicos. Um dia destes, vão pedir o Salão Nobre para fazer a apresentação dos candidatos. Açam isso correto? Açam isso correto? Por amor de Deus, foram os Senhores que deliberaram isso. Já vou dizer outra coisa para que não fique aí, nomeadamente para a Comunicação Social. Eu também estranhei, agora já cá temos um representante do CDS, não sei se foi por causa da crítica do João Paulo. Mas, eu também tinha aqui, logo de início. Ninguém ainda falou da utilização dos espaços públicos. Não precisava que o João Paulo viesse trazer isto. Era eu que ia falar sobre isto. Para dizer, como é que o Executivo se sente mal com a posição que tiveram aqui os Partidos e que agora a negam. É isto que está a acontecer. Os Senhores assumiram por unanimidade uma posição, que agora, até o João Paulo já vem dizer que não é isso. Então, porque é que o Engenheiro Guterres fez o seu comício, lá em cima na Avenida 25 de abril. Foi exatamente atendendo a esta deliberação que os Senhores tomaram e que honraram na altura. Porque pediu o Rossio. E depois os Senhores, quando foi aquela utilização, o João Paulo já não se lembra disso, foi quando ele disse aos meninos porque é que não iam para a Universidade Pública, lembram-se disso? Ou não se lembram disso? Essa parte, deu-vos uma pancada de tal maneira que vocês já nem se lembram. Era para fazer o comício no Rossio, e não o fez no Rossio exatamente porque corresponderam e cumpriram uma deliberação que tomaram livremente. Então isto é ao sabor dos acontecimentos? Agora dá jeito, limitou-se a democracia! Eu não recebo lições de democracia de ninguém. De ninguém. Com este meu ar de dizer as coisas de forma deliberada, não recebo nenhuma lição de um outro democrata qualquer. Venham lá dizer que têm tiques de não sei quantos mais. Tiques têm as pessoas que não respeitam aquilo a que se responsabilizaram e que livremente tomaram. Portanto, eu não aceito essa justificação. Nenhuma. Fico até com a ideia do seguinte: Há Partidos, e houve Partidos que andam a pedir espaços que sabem que estão interditados, por eles próprios, que é para terem capital de queixa. Eu já conheço essa estratégia, andei seis mandatos a ouvir este tipo de situação. Felizmente os Viseenses também sabem. Aquilo foi só para arranjar música, para arranjar tenda, para depois se falar sobre isto. Ninguém, estava interessado em mais nada. A única coisa em que estavam interessados era nisto! Não há espaços públicos que a Câmara autoriza. A Câmara não punha nenhum problema em outro tipo de espaços públicos. Só pôs e mandou, é bom que se saiba, mandou cópia da deliberação. Eu tenho-a aqui. Não há nenhuma deliberação fantasma, eu tenho aqui a cópia da deliberação tomada por unanimidade. Se os Senhores não querem respeitar, pois tomam aqui outra posição na Assembleia e dizem: A partir de agora é tudo livre. E passem muito bem meus amigos. A partir de agora ponham tudo livre. Façam os comícios onde quiserem, e em todo o lado. Mas deliberem aqui na Assembleia. Não podem é tomar aqui uma posição e depois virarem as costas só porque dá jeito, e que aparecem os jornais a pegar nisso, tomarem



uma decisão contrária. Isso é que eu não acho nada correto, nem acho nada legítimo. Ninguém pôs em causa a ilegalidade, nós sabíamos muito bem, que nem a Comissão Nacional de Eleições, como se veio a entender, veio dar razão. A Comissão Nacional de Eleições, veio esclarecer que aquele espaço, também podia ser utilizado para propaganda. Mas nós já sabíamos, os Senhores também já sabiam. Acharam por bem que aquele não devia ser utilizado. Se acham outra vez que ele pode ser utilizado, façam nova deliberação e a gente abre-o. Não tem problema nenhum. Revogam a deliberação anterior. Então, um dia deste escusam de fazer pedidos de recomendações ao Executivo, para quê? Nem as deliberações respeitam, quanto mais as recomendações. Eu peço desculpa, mas temos que atuar de forma, pelo menos coerente, e não arranjam problemas para terceiros. Não é isso, eu não tenho culpa. Já agora uma outra coisa. Eu sei que os Senhores têm problemas em definir quem é que é o herdeiro do Engenheiro Carrilho. Os Senhores têm problemas. Os Senhores na Pousada, querem que a herança do Engenheiro Carrilho seja vossa, o CDS também vem com a herança do Engenheiro Carrilho. Nós não a reivindicamos, mas também nunca dissemos nada contra, antes pelo contrário. Eu estou até convencido, que se ele tivesse que escolher, era a nós que ele escolhia como herdeiros. Estava qualquer um longe daquilo que.... vocês estavam longe, bem longe e o CDS também. Foi o CDS que desbaratou o seu eleitorado, não fomos nós, já agora só faltava essa. Portanto pelo menos, haja coerência em relação a esse tipo de posições. Não pode ser uma quando dá jeito e ser outra quando não dá.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Não tenho mais nenhuma inscrição. Pra responder tem direito a três minutos Senhor Deputado.-----

- VINTE E SEIS - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Mais uma vez boa tarde a todos. Há sempre um método muito eficaz nesta Assembleia para perceber quando é que as matérias incomodam ou não o Executivo. E o barómetro é o Senhor Presidente da Câmara com as suas emoções. Percebemos portanto que ao ficar tão irritado com esta temática, de alguma maneira o Partido Socialista, levantou aqui uma questão pertinente. Na sua intervenção, fez também uma grande confusão com várias coisas, e eu que achei que o meu esclarecimento inicial seria suficiente, para deixar de facto esclarecidos os presentes pelos vistos, penso que não. Então, recapitulemos. O que o Partido Socialista acha mal, em primeiro lugar é que ao CDS não tenha sido possível apresentar a sua candidatura no Solar do Dão, ponto um. Correto. Acrescentamos que para lá do Solar do Dão, todos os restantes equipamentos públicos desta Cidade, deveriam estar à disposição, como estão de associações. Os antigos alunos do Liceu, se quiserem fazer um encontro qualquer, vão ao Solar do Dão. Uma marca de automóveis, quando quer promover uns carros, mete lá uns carros com umas faixas, e um Partido político não. Isto está errado, do ponto de vista do Partido Socialista. Portanto a questão do Solar do Dão. A questão do Rossio, esclareçamos Senhor Presidente, não há aqui incoerência nenhuma. O Partido socialista, o Senhor fala, vai buscar tempos do Guterres, de comícios de mil novecentos e noventa e cinco. Depois de mil novecentos e noventa e cinco, esse Regulamento já veio à Assembleia Municipal. Portanto, eu em mil novecentos e noventa e cinco, não estava na Assembleia Municipal, recorde que o Partido Socialista fez, até porque estive lá, o comício no cimo da Avenida 25 de abril, mas isso ter-se-á prendido como se sabe com a avalanche que encheu aquela Rua e que não cabiam no Rossio, e daí nos deu a grande maioria de mil novecentos e noventa e cinco e portanto assim foi. Não cabíamos no Rossio, e ainda bem tivemos que ocupar todo aquele troço da Avenida 25 de abril, até ao Rossio, onde inclusivamente estavam pessoas na altura a assistir ao comício. Mas isso agora, foi um aparte. O que é de facto o principal, é a afixação nas palavras do Senhor Presidente da Câmara, nessa Assembleia que recorde, que alguns Partidos insistiam em amarrar às árvores alguns pequenos outdoors com correntes, em que alguns Partidos insistiam em pendurar faixas e tarjas no Rossio. Efetivamente o Partido Socialista, concorda com essa posição, e continuamos a concordar



hoje. Quando o PSD, o CDS, o PS, o Bloco de Esquerda, o PCP e todos os outros Partidos, bem, se cada um fosse meter ali uma faixa evidentemente que há poluição visual. -----

O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Queira concluir Senhor Deputado.-----

Para concluir, a afixação de propaganda política, não tem nem pode ser confundida, com uma iniciativa pontual, naturalmente que lá hão-de ter posto um ou outro cartaz, naturalmente que fazem propaganda desse ponto de vista, mas que é absolutamente efémera. Está ali duas horas três horas, e depois o Rossio é devolvido aos Cidadãos tal como antes.-----

O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Tem que concluir Senhor Deputado.-----

O Senhor Deputado prossegue dizendo: Para concluir Senhor Presidente muito obrigado, isso, é a nossa posição clara, sem incoerência nenhuma. Portanto o erro do nosso ponto de vista da Câmara foi não..., aliás contrariando inclusivamente uma decisão da Comissão Vitivinícola como sabemos, que pelo menos publicamente o que foi dito é que teriam concordado com a utilização do espaço, e portanto a Câmara, não questiono a legitimidade, provavelmente legitimamente, veio dizer: Não, Não. Nós é que temos que dar autorização a estas coisas e por acaso até não damos.-----

O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: Tem mesmo que concluir-----

O Senhor Deputado prossegue dizendo: Portanto, o PS discorda dessa posição, ponto um. Ponto dois, depois de se refugiar no Regulamento para uma coisa que não é afixação de propaganda. Quer dizer, é uma apresentação de um candidato que acontece três horas. Muito obrigado, peço desculpa.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer encerrar esta questão respondendo, para deixar este assunto arrumado.-----

- VINTE E SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Quero Senhor Presidente. E que fique um barómetro muito bem definido. Se o barómetro é eu ficar irritado, eu fico sempre irritado quando alguém diz inverdades. Eu vi um comunicado do Partido Comunista a dizer exatamente isto: “*Saudamos por isso, este acordar, apesar de serôdio do PS e do CDS para os malefícios do Regulamento*” é o que vem dizer o Partido Comunista. Sabia exatamente que o Regulamento era para proibir os acontecimentos políticos no Rossio. É muito simples. Se por acaso até o entendimento da Câmara foi este, por erro de leitura, não custa nada. Os Senhores fazem uma proposta e delibera-se sobre o Rossio. Eu quero é que os Senhores se responsabilizem perante os Viseenses. Delibrem que no Rossio é possível fazer-se comícios. Por amor de Deus, estejam à vontade. Não atirem o problema para a Câmara. Se querem dizer, no Rossio fazem-se comícios, estejam à vontade. Já agora uma outra coisa, para não ficarmos por meias verdades, ou pelo menos com insinuações. A Câmara nunca deixou nenhum grupo de estudantes ou não sei o quê, ir para o Solar do Dão. Aliás, já tivemos algumas vezes e é para isso que nós somos Câmara e somos donos do equipamento, que contrariar algumas posições que eventualmente a Comissão Vitivinícola até nem achava mal. Já nos propôs lá a utilização de um casamento, e a Câmara disse que não, era o que faltava. Portanto, vamos lá ver se nós nos entendemos. Os espaços são públicos. Neste momento a responsabilidade de os gerir e de os defender é da Câmara. Os espaços públicos, não é a onde todos possam estragar. Os espaços são de todos com responsabilidade. A Câmara tem esta responsabilidade, mas não custa nada, porque os Viseenses, os cidadãos estão atentos a isto. Neste momento eles sabem que os Partidos por unanimidade, com essa confusão ou sem essa confusão, não querem propaganda no Rossio. Se os Senhores acham que essa propaganda não é extensível aos comícios, digam isso. Que eu não levantarei um dedo. Mas responsabilizo-os perante os cidadãos que foram os Senhores que autorizaram. Quando aparecer aquilo tudo partido, são os Senhores os responsáveis. Era o que faltava. Portanto se o João Paulo acha que este é que é o barómetro, vai continuá-lo a ouvir, exatamente com estas características até outubro, depois outro barómetro que não seja o vosso... pois, mesmo assim não fui respondendo, o barómetro, mesmo quando está exaltado, ou quando não



gosta, cala-se aqui e espera pela oportunidade, coisa que o João Paulo com esse ar sereno não faz. Portanto, irritações, são diferentes de má educação.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado António Fonseca. Senhor Presidente da Junta de S. João de Lourosa.-

- **VINTE E OITO - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA (PPD/PSD):** Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores da Comunicação Social, Minhas Senhoras e meus Senhores. Os domingos, sempre foram usados pelos nossos antepassados, nos meios mais simples e pequenos para cumprirem os seus deveres religiosos e também para se juntarem nos adros das igrejas e capelas, para conversarem, dançarem, e muitas vezes, porem em prática algumas atividades culturais, para se divertirem, para readquirirem forças e energias para os outros dias da semana, onde os trabalhos agrícolas de que dependia a sua subsistência, lhes exigia esforço, muito esforço e dedicação.-----

Nos nossos tempos e, no passado domingo dia dezasseis de junho, assistimos a um desfile das “Cavalcadas de Teivas”, Freguesia de S. João de Lourosa que veio dar continuidade a um passado que remonta a trezentos e sessenta anos. Embora com uma maior participação e variedade convidando todos a sentirem esta boa disposição, que irá certamente ajudar ao ressurgimento das energias necessárias aos esforços laborais do dia-a-dia.-----

Como sempre, houve inovação, esforço, uma participação ondes muitos colaboraram em salutar harmonia tendo sempre a uni-los o desejo de darem continuidade a uma tradição feita de simplicidade, saber e solidariedade. -----

A beleza dos carros feitos com minúcia e paciência, os ranchos folclóricos, a música e o sempre lindo e colorido grupo da “ Dança da Morgadinha”, este ano com mais participantes, entusiasmou a todos que com o povo de Teivas, vivem momentos de contagiante bem-estar e salutar convívio. -----

Como natural e Autarca, desta Freguesia de S. João de Lourosa, agradeço a todos que com o seu trabalho e disponibilidade, conseguiram transformar este desfile num momento de cooperação, cultura e alegria, não esquecendo também todos os que financiaram as despesas, a Câmara Municipal de Viseu, entidades civis, empresas e a quem deu o seu contributo, possibilitando a realização deste evento.-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, finalizo, pedindo-lhe que permita que seja dado um voto de louvor à Comissão Organizadora das Cavalcadas de Teivas e à Direção da Associação Cultural e Recreativa de Teivas, pela capacidade, frontalidade, cooperação e um querer tão determinado de dar continuidade ao evento cultural “As Cavalcadas de Teivas”, homenageando o passado dos seus conterrâneos que com alegria e convívio harmonioso, enfrentavam o futuro da vida. Bem-haja.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente da Junta. Aproveito também, não só para me rever na sua intervenção como dizer que é com gosto que colocarei este voto de louvor à discussão e votação, de facto felicitando-o pela elevada qualidade das Cavalcadas como tem sido apanágio nos últimos anos.-----

Pergunto se alguns dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta proposta? Tem a palavra o Senhor Deputado Jorge Adolfo.-----

- **VINTE E NOVE - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):** Uma vez mais boa tarde a todos. É só para sublinhar que nós votaremos

favoravelmente este voto de Louvor. Ainda não tínhamos feito nenhuma intervenção referindo as Cavalcadas de Teivas, nem as que se realizaram hoje, porque acho que é de bom tom e de educação, deixar primeiro os Senhores Presidentes de Junta das respectivas localidades que organizam e protagonizam estes acontecimentos culturais da Cidade e da Região e portanto por essa razão ainda não tínhamos referido estes dois acontecimentos, mas desde já sublinhamos e votaremos favoravelmente esse dia memorável para a Cidade.



Mais um dia memorável, bem organizado, bem participado e que agradam a todos os Viseenses e não só, há muita gente de fora.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Vou então por à votação. Quem vota contra? Quem se Abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

De seguida deveria dar a palavra ao Senhor Presidente de Junta de S. Salvador, que por motivos óbvios pediu-me para justificar a não vinda a esta Sessão, mas inscreveu-se para falar sobre este tema a Senhora Deputada Florbela Soutinho. Tem a palavra.-----

- **TRINTA - A SENHORA DEPUTADA FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presente. É com imenso agrado que venho manifestar o reconhecimento pela excelente organização do cortejo das Cavalhadas de Vildemoinhos que hoje desfilou pelas Ruas da Cidade de Viseu. Esta tradição secular que já ultrapassa os trezentos e sessenta anos de existência no seu cumprimento da promessa em Louvor de S. João Baptista, trouxe à Cidade muitas pessoas que se associaram e aplaudiram este magnífico cortejo de Carros Alegóricos, Ranchos, Grupos de Cantares, Zés Pereiras, Fanfarras, Bandas de Música, Gaiteiros e Cavalaria. Reconhece-se o excelente empenho de todos quantos com o seu trabalho de meses a fio, conseguiram oferecer-nos um cortejo que congrega as várias gerações numa festa de cultura portuguesa. Apesar da crise económica e dos parcos apoios financeiros, Vildemoinhos está de parabéns pelo magnífico desfile testemunhado também pelos meios televisivos presentes. Aqui se enaltece e se agradece em nome de Viseu, o trabalho e empenho de quantos contribuíram para esta grandiosa festa.

Os grupos de trabalho na realização e decoração dos carros, Empresários, Comerciantes, Industriais, Membros do Júri e aos que de uma forma ou de outra, desinteressadamente ajudaram a construir esta festa única. Para finalizar deixa-se aqui no lugar certo, um agradecimento muito especial ao Município de Viseu, na pessoa do seu Presidente Doutor Fernando Ruas, pelo incondicional apoio financeiro e logístico, pela confiança que transmite a quem realiza este evento sem o qual não seria possível ter este elevado padrão de qualidade. Assim, pelo excelente cortejo que hoje desfilou pelas Ruas, Avenidas e Praças da nossa Cidade, pela capacidade organizativa e criativa, pela multidão de pessoas que encheu a nossa Cidade, proponho um Voto de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos, à Associação de Atividades Tradicionais, e à Povoação de Vildemoinhos.----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** A Senhora Deputada acabou por não propor... exatamente. Acho muito bem, se deixar ficar na Mesa agradeço, que é para ficar formalizado. Também é com gosto que ponho à votação e à consideração dos Senhores Deputados este Voto de Louvor, aliás, já tive a oportunidade de transmitir hoje as felicitações ao Senhor Presidente da Junta o elevado nível que as Cavalhadas têm e de facto o evento que é. Portanto, eu perguntava se alguém se quer pronunciar sobre este voto. Senhor Deputado Jorge Adolfo, vai dizer que reproduz as palavras da última intervenção.-----

- **TRINTA E UM - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):** Os cumprimentos novamente a todos, e gostava só de aqui dizer uma coisa, que é para ser diferente o discurso, que é: O Voto de Louvor ao Povo de Vildemoinhos que há centenas de anos que organiza este cortejo, nós sabemos que a Câmara Municipal aqui é muito importante também na organização e nas condições financeiras que são sempre importantes, mas efetivamente o Povo de Vildemoinhos com mais ou menos dificuldades, todos os anos, cumpre a tradição, sai à Rua, anima a Cidade, vemos que a Cidade se enche de gente, que logo de manhã cedo toma lugar para não perder uma pitada do cortejo e portanto, é admirável como é que um Povo que trabalhou durante sempre quase sempre na agricultura, nos moinhos, neste dia parece que é feriado na Cidade. Eu vou-vos contar só esta pequena nota. Hoje recebi um email que dizia assim: “Pois eu sei que hoje é feriado em Viseu” e eu tive que responder, não, não, hoje não é



feriado em Viseu, hoje trabalha-se em Viseu, mas há este cortejo admirável. Quer dizer, é tão admirável, e trás tanta gente que até se pensa que é feriado em Viseu. Isto enfim, é uma nota que nem precisa de ficar na Ata, mas para sublinhar o meu Voto de Louvor e de facto a atração que a Cidade consegue motivada por esta tradição e pela força do trabalho de muita gente de S. Salvador mas em particular de Vildemoinhos. Votaremos claro favoravelmente.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. É com muito gosto que dou a palavra ao Senhor Deputado Tiago Pinhel que nesta ditatorial Assembleia Municipal, sempre usa da palavra livremente. Tem a palavra.-----

- TRINTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP): Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, Executivo, Colegas. Apenas para dizer que votaremos favoravelmente este Voto de Louvor, e deixar claro que a minha entrada na Assembleia, não se deveu à discussão que se estava a ter, foi mesmo por questões profissionais e que a minha vinda aqui, agora é mesmo para dar o Voto de Louvor, porque é este tipo de agenda política que gostamos de discutir aqui. Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Gostamos sempre de ter os Senhores Deputados eleitos nesta Assembleia. Todos os presentes a intervir de uma forma entusiástica e empenhada, que é para isso que a Assembleia Municipal serve. Esgotámos o Período Antes da Ordem do Dia. Como é habitual, vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder a algumas questões que foram colocadas.-----

- TRINTA E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Obrigado Senhor Presidente. Também muito rápido, a maior parte das respostas já foram dadas, de qualquer maneira eu gostaria de começar pela primeira intervenção que foi aqui trazida pelo Deputado Teodósio sobre a rede Wi-Fi, que já foi muito bem explicada, inclusivamente por ele, o que é que se pretende no Centro Histórico da Cidade, onde é que vão ficar os pontos respetivos. Também fez uma referência à recuperação do edifício da Rua do Comércio, e espero que não demore muito tempo a sua recuperação e que seja albergada a estrutura que queremos para lá. Aliás, começa neste momento já a haver alguma movimentação de jovens no sentido de se candidatarem, à incubadora o que para nós é um bom sinal. Mas gostava também de dar uma notícia que penso que é agradável e dizer que, o Doutor Vicente não está cá se calhar era a pessoa que mais gostaria de ouvir esta notícia. A Câmara acabou de comprar o edifício do antigo Orfeão e portanto, dentro de pouco tempo, anunciaremos a instalação ou o uso que lhe pretendemos dar, ainda, digamos muito rapidamente neste verão, e portanto a partir de agora, mais um equipamento da Rua Direita, é da nossa responsabilidade. Já sabemos que vai ser mais um problema, um problema gostoso e que acho o próximo Executivo gostará de resolver, mas de qualquer maneira, fica pelo menos este problema da aquisição completamente resolvido. Depois, interveio o Doutor Correia de Campos, já fiz os comentários que devia, com a intervenção do Professor Diamantino, também já nos referimos a esta situação, e vou deixar para o final a pergunta do Senhor Deputado Baila Antunes, eu penso que teria mesmo que vir por ele esta pergunta, e eu já lhe vou responder. Sobre a questão da Senhora Deputada Manuela Antunes, também já tivemos possibilidade de responder, assim como ao Deputado Jorge Adolfo, e gostaria de me congratular aqui com a intervenção da Senhora Deputada Fernanda Ferreira sobre a cidadania e esta VIII Sessão Plenária que aqui foi executada, e depois também fazer mais algumas considerações sobre os temas que não tiveram resposta. Portanto, eu começaria por eles vou deixar exatamente a explicação para que não haja nenhuma dúvida desta questão do prémio, até para ver se recolho alguma ajuda, algum aporte por parte desta Assembleia. Pode ser que haja aqui gente com outro tipo de atributos e que possa ajudar-nos a esclarecer ainda algumas coisas. O Deputado José Costa, agradeço-lhe essa referência que fez ao agradecimento que o Senhor Presidente da República me fez, mas trouxe aqui um tema, que são os “Jardins Efémeros” e que neste momento, estão prestes a começar. Eu gostaria de dizer, deixar



aqui claro, quem é que se tem envolvido nos “Jardins Efémeros”. A Câmara de facto tem sido um parceiro incontornável, porque já trouxemos este tema algumas vezes. Nós podemos ter “milhentas” ideias mas não pensemos que o orçamento é inesgotável. Se não tivermos o suporte financeiro devidamente assegurado, com toda a certeza, que podemos ter muitas ideias mas não fazemos. Portanto, se toda a gente eventualmente quando chegar a hora da verdade dizer, bem eu também me quero envolver mas a minha instituição não tem dinheiro a outra também diz a minha instituição também não tem dinheiro, é evidente que isso só se resolve com o apoio quase total da Câmara, e é o que se vai passar com os “Jardins Efémeros”, é bom que não se tenha dúvida nenhuma sobre isto. A única forma de garantirmos de quem não havia nenhuma surpresa para este evento, os “Jardins Efémeros”, que reputamos de muito importante, foi a Câmara dizer a quem o desenvolve que se constituía como rede em termos do suporte financeiro. Porque em boa verdade, houve algumas instituições com responsabilidades, que nem sequer mostraram interesse, por exemplo, vai haver uma grande promoção do vinho do Dão, e a Comissão Vitivinícola disse que não estava interessada em se envolver por falta naturalmente de meios. É a Câmara que o vai fazer, a “Câmara tem uma série de vinhas e de produtos vitícolas ali para alguns sítios” e portanto é a Câmara que vai fazer essa promoção. Como também é bom que se saiba, o trabalho da Arquiteta, com quem tenho tido o prazer de reunir, e de quem fiquei com uma impressão muito agradável, com quem hei-de reunir mais vezes ainda de forma às vezes até informal, também queria dizer que não houve grande receptividade por parte dos comerciantes, nas intervenções que vão ser feitas nas suas lojas. “Também a Câmara tem ali uma série de comércio” e portanto é a Câmara a principal interessada. É só para que não haja nenhuma dúvida, porque de vez em quando, toda a gente fala nos parceiros institucionais, mas depois quando se analisa isto por um crivo um bocadinho mais minucioso, é a Câmara, a Câmara e a Câmara. Pode-se dizer está bem, mas a Câmara não está lá para outra coisa. Seguramente, mas também se tem que relevar isso. Tem que se relevar que num caso os beneficiários são os comerciantes, e quem despense os meios necessários, não são os comerciantes. Penso que até a receptividade em relação a algumas situações, não foi aquela que toda gente pretendia. De qualquer maneira eu gostaria de dizer que, esta é uma aquisição que a Câmara faz a quem tem a responsabilidade empresarial dos “Jardins Efémeros” e portanto esta é uma iniciativa da Câmara. Eu sei que vai aparecer muita gente para separar as águas. Há muita gente que vai logo dizer assim: A Câmara faz isto, há outras pessoas que fazem os “Jardins Efémeros”. Não, quem faz os “Jardins Efémeros” é a Câmara. É bom que isso fique claro, a Câmara compra esta organização dos “Jardins Efémeros”, como compra outras coisas e portanto é uma organização da Câmara. A Câmara comprou, naturalmente que relevamos como muito interessante, quem congregou, quem concebeu este evento, mas a partir do momento que nós cobrimos a parte financeira, este evento é da nossa responsabilidade e portanto, assumimo-lo como tal. Depois queria dizer ao Deputada Gonçalo Ginestal que também nós apreciámos muito as subidas do Académico e do Lusitano, e há uma coisa que não gostaria que sobrasse para a Câmara é a falta de apoio institucional. Nem o Académico nem o Lusitano, nem nenhum clube terá falta de apoio institucional da Câmara. Agora eu não posso adiantar nem posso, digamos, ir para além do que são as minhas responsabilidades. Portanto, darei e definirei os apoios da Câmara aqueles que serão da minha responsabilidade. Naturalmente, tenho a obrigação de ter esse cuidado, mas presume por aquilo que é o sentir das pessoas em relação as estes dois clubes que subiram e outros que subiram também nas camadas Juniores e Juvenis, com toda a certeza que a Câmara não vai deixar de responder afirmativamente em termos financeiros. Já agora também, volto a dizer a mesma coisa, é preciso ter as finanças direitas. Eu já agora ouço muita gente, sempre que defende estratégias, nunca ou raramente ouvi alguém importar-se com a parte do orçamento das receitas. É só, eu faço, eu faço, eu faço, mas dizer de onde é que vêm as receitas ou vir alguma vez questionar que, a nova Lei das Finanças Locais, que ainda não está aprovada e aquilo que se conhece é que



ela não é boa para os Municípios, saber se por exemplo que aos Municípios já foram retirados mais de mil milhões de euros e portanto os Municípios, não têm cada vez mais dinheiro. Portanto é necessário, já agora deixem-me fazer a ponte, daqui a um bocadinho na intervenção que vou fazer no Período Antes da Ordem do Dia, vou fazer uma citação que fiz aqui em noventa. Tinha, não chegava a um ano de mandato, do primeiro mandato e repeti-a agora exatamente passados estes quase vinte e quatro anos e era exatamente nesse sentido de que estar a definir despesas, sem se saber as receitas da organização que se tem para gerir ou que se quer gerir, não parece um bom exercício ou não me parece pelo menos o exercício adequado. Portanto, eu não faço conta de ter nenhuma falta de apoio aos clubes. Para já, aquilo que vamos fazer de imediato é entregar quer ao Académico, quer ao Lusitano, os prémios de subida, foram connosco não temos outra coisa senão cumprir rapidamente esses prémios, e depois vamos dizer naturalmente aquilo que era a nossa perspetiva. Mas como toda a gente percebe, a partir de outubro, as pessoas podem continuar aquilo que deixamos perspetivado, não querer e eventualmente dar até um apoio superior, ou cortar o apoio, mas ninguém nos peça para nos comprometermos ou deixarmos compromissos para além daquilo que são as nossas responsabilidades. Depois, gostaria também fazer referência ao musical do Colégio da Via-Sacra, também tive a oportunidade de o presenciar e não sei se até se foi de alguma das intervenções que hoje as televisões, nós reafirmamos que hoje as televisões estavam aqui, e só pecam por tardias, deviam cá vir muito mais vezes e para ver coisas boas. Nós estamos fartos de ver nas televisões, apoio institucional da televisão, sempre que há marchas em Lisboa, lá está o apoio da televisão, da televisão do Estado. Sempre que há uma organização à beira Tejo, lá está o apoio da televisão do Estado. Agora, veio aqui nas cavalhadas, não sei porque é que não tem vindo mais vezes assistir a estas iniciativas. O Colégio da Via-Sacra, o musical, bem merecia a presença da televisão. Portanto, se vêm agora, ficamos satisfeitos, mas não cobrem ou não respondem a todas as grandes falhas e faltas que têm tido connosco. Sobre a intervenção da Deputada Sofia Pires, eu gostava de lhe dizer que de facto o “Viseu Naturalmente” entre outras coisas tem uma virtualidade, eu referi-o quando foi da apresentação do programa. Para além de dar uma cobertura para todos os públicos, para todas as idades, e todos os géneros, tem a particularidade de mostrar mais duas coisas. Um número enorme de instituições que temos neste sector e um número enorme de equipamentos que temos neste sector. Hoje já não há ninguém que diga ou pelo menos não tenha ouvido, era recorrente aqui na Assembleia, também é bom a gente ter memória e de vez em quando vir aqui trazer as coisas, que o multiusos era a maior esquadra da Polícia Municipal do País. Hoje já não há muita gente a referir isso. Nunca mais o ouvi aqui. Era uma crítica que nos faziam, parece que a única coisa que se fazia no multiusos, era estar lá instalada a Polícia Municipal. Isso desapareceu e neste momento, são conhecidos os grandes eventos que se fazem no multiusos. Mas tem esta particularidade, tem a particularidade de evidenciar o número de instituições, o número de equipamentos e o número de pessoas envolvidas. Eu não vi, estamos a centrar a citação no Colégio da Via-Sacra, mas podia falar das Marchas dos Santos Populares, do Teatro Jovem etc., etc. Quem eu lá vi como atores, era gente de Viseu, era tudo gente de Viseu. Quem fez o musical foram os alunos do Colégio da Via-Sacra com os professores numa simbiose quase perfeita, quem fez as Marchas, foram as Instituições com os alunos, com os jovens das Freguesias respetivas, e portanto nós, para além de evidenciar estas duas coisas, no triângulo ainda podemos pôr mais um vértice que é o número de pessoas que se envolvem nestas situações. E disse uma coisa que comecei por referir há bocadinho que é fundamental, é evidente que não chegava nem a situação financeira da Câmara, nem chegava só a criatividade das Associações. Portanto, se não for esta alavancagem e a situação que a Câmara vai tendo permite, com toda a certeza, iríamos abandonando progressivamente estes eventos que felizmente, não tivemos nem um que tivesse que ser cancelado por falta de apoio Municipal. Depois o Doutor Vicente trouxe aqui o antigo matadouro, eu queria lembrar o seguinte. Eu sei que cada vez vamos tendo mais, e é



sempre possível, ainda um dia destes se há-de dizer, já não vai ser comigo que o Rio Pavia, e eu faço votos para isso, está todo despoluído, mas anda lá uma beata que alguém atirou, e portanto, vai ser assim. Porque eu lembro a este propósito só o seguinte: É pouco naturalmente, há gente que falava isto mais rapidamente, não o fazia, mas falava isto rapidamente. O Parque Linear do Pavia, o parque Linear de Santiago, é todo nas margens do Pavia, depois todo o Parque Linear que vem até aos Açudes da Balsa, é Pavia. Bem, limpámos a questão do antigo matadouro também é Pavia e portanto eu diria que praticamente todo o circuito urbano do Pavia foi limpo. Todo, todo, dizemos até que quando chegar o mês de agosto vai haver cheiros, seguramente, seguramente. Vão desaparecer ali na zona de S. Salvador, quando tivermos concluída, que também já começou a ETAR Viseu Sul, e também, vão desaparecer os cheiros, mas ainda ninguém descobriu a forma que faziam antes os índios, agora nunca mais voltou a haver chuva artificial, nós também arranjavamos alguma para que o Pavia tivesse sempre um caudal, mas ainda ninguém descobriu isso. Já agora uma outra coisa também que me parece importante, esta questão da ponte pedonal. A ponte pedonal, tal como o anfiteatro nos exteriores do matadouro, vão cumprir exatamente aquilo que queríamos para lá, que não se confinassem apenas as utilizações dos espaços livres ao Parque Aquilino Ribeiro, também se lembram a forma como esse Parque era criticado com abundância, agora toda a gente acha que é um Parque que está muito bem. Nós também achamos, mas é pena que as pessoas não aguardem para ver. Eu penso que toda aquela zona da Rua Serpa Pinto na parte final, que tem o Orfeão já devidamente requalificado, com os arranjos exteriores e com a Ponte Compósita, como assim se chama, vai alterar muito significativamente para melhor aquele espaço. Eu acho que dos Senhores Deputados, falta-me apenas dar resposta..., perdão, gostaria também de me associar naturalmente aos dois Senhores Presidentes de Junta que trouxeram aqui as suas Cavalhadas, e eu acho de facto importante quer Vildemoinhos e Teivas mantenham a tradição, e é bom ouvirmos também quem é que financeiramente vai suportando, digamos estas atividades seculares. Toda a gente depois tece rasgados elogios, o que é facto, é que podiam acabar se eventualmente tivéssemos a mesma situação de uma Câmara como algumas infelizmente estão, e não tivesse algum suporte para dedicar a estas Instituições. Agora sim, gostaria de falar sobre o prémio tal como eu disse. Eu gostaria de ler, pode ser que haja aqui alguém com alguns laivos de detetive e possa descobrir aqui que está aqui um engano ou que está aqui uma falcatrua. A Câmara recebeu, eu referi, já agora outra coisa, o Senhor Deputado Baila Antunes, está sempre aqui, pois, nunca diz mas diz, chamou-lhe não sei quantos, depois socorreu-se do público, eu espero que não fale em rosa porque a Câmara de Viana também está nesta situação, e o Presidente da Câmara de Viseu não fez aquilo que o meu colega de Viana por quem eu tenho muita com sideração fez, não divulguei por ofício a todos os habitantes do Concelho que tinha recebido o prémio. Disse-o aqui na altura, há três meses, ninguém levantou nenhum problema, é levantado agora, portanto como eu nem vou ser candidato, não preciso do prémio para mais nada. Mais, até se quer saber, com esta certeza absoluta, se for preciso eu não levanto aquele que me diz respeito, não me faz nenhuma diferença pessoal. Agora há uma coisa, nem que fosse à cochinchina eu ia levantar o prémio de Viseu. Já agora uma outra coisa, ainda não vi em nenhuma instituição, dizer mal daquela instituição que nos cedeu o prémio. Onde tenho visto é nos blogs. Bem, mas eu tenho visto nos blogs dizer mal de muita gente, incluindo de mim, e eu acho-os perfeitamente mentirosos, pelo menos há uma coisa que não abona, não dão a cara, são anónimos, eu podia até duvidar que muitos dos prémios, eu sei lá, eu sei lá, os prémios a todos os níveis, os prémios que se recebem, as condecorações, um dia destes estão a pôr que as condecorações do 10 de junho também não são corretas. Ou aquelas que recebem alguns militares, as condecorações, eu tenho isto, não sei quantos mais. Então mas como é que é? Agora queria- lhe dizer para ver se de facto depois detetava aqui alguma coisa. A Câmara de Viseu recebeu em devido tempo um ofício, e eu gostaria apenas de ler as partes mais importantes do ofício que diz assim: *“O projeto será*



financiado pelas inscrições e por patrocinadores, o estudo de competitividade por um especialista em marketing. A Publicidade, perfil da Cidade no nosso catálogo oficial, bem como uma lista das dinâmicas da Região. A lista dos gestores de sucesso. Um diploma, um prémio e uma medalha. Um certificado de utilização da nossa imagem por um período de cinco anos. A promoção da Região e a participação de um representante neste evento.” É a possibilidade que me dão de ir à Suíça falar sobre Viseu, durante trinta minutos. Pode apresentar um filme durante trinta minutos para as pessoas que lá estão. Podem-me dizer que eles são todos aciganados, não sei quantos mais, mas eu não sei. E depois, já agora dizer como é que lá chegaram. Já agora deixe-me dizer-lhe como lá chegaram, porque é importante. Diz assim: “É com todo o prazer que informo que o Município de Viseu e você em particular, foram nomeados para os prestigiados prémios internacionais... Trata-se do reconhecimento da sua Cidade, da Gestão Autárquica, e do seu desenvolvimento e atividade turística. A sua Região ficou marcada pelo desenvolvimento e pela imagem atrativa para o investidor.” Depois diz que foi escolhida por esta organização. Depois diz quando é que são a entrega dos prémios, e diz que recolheram esta ideia por os seus Sociólogos e por os seus Psicólogos. Souberam de Viseu por os seus Sociólogos e por os seus Psicólogos, e diz que souberam através de estudos internacionais. Não me admira nada, nós fomos duas vezes considerados “A Melhor Cidade para Viver” pela DECO Internacional. É muito natural que haja aqui uma sequência, mas só para ver se descobre aqui alguma coisa, sabe que eu conheço, até conheço os faladores à distância. E portanto eu estou de orelha levantada. Veja se descobre aqui alguma coisa, que a gente estivesse distraídos. E diz assim:” Por certo que participar nesta cimeira de líderes na Suíça, abrirá amplas oportunidades e perspectivas de cooperação entre Municípios e Regiões, organizações de viagens internacionais, associações etc. Quanto é que se pagou? Não sei quem é que fez o câmbio quem quiser pode-o fazer. Três mil e quatrocentos Libras. Já agora uma outra coisa, o que é que a Câmara fez mais. Perguntou, inclusivamente apanhou uma Portuguesa que trabalha no hotel onde vai haver esta conferência, e depois também lhe leio, aliás já tive a oportunidade porque ma pediu, de mandar ao colega de Viana, que vá descansado porque a conferência inclusivamente, está toda paga, e portanto vai haver um seminário de dois dias. Eu não sei se é normal ou se isto é muito caro, parece que é muito caro os três mil e quatrocentos Libras que dá cerca de quatro mil Euros, isto é caríssimo. Eu não sei quanto é que levava um jornal ou os jornais se fosse uma página de publicidade. Não sei. Mais, disse isto e repito, eu quando vou ao congresso do meu Partido, pago a inscrição. Não sei se é tudo de borla nos outros, não sei, e portanto aquilo que é dito, é para pagar a inscrição, a inscrição num congresso, a não ser que, também podia ser, eu chegar lá e dizer eu não quero participar no congresso, venham à porta dar-me a medalha que eu levo-a logo já num saco e vou-me embora para Viseu. Podia ser também assim, se acham isto normal, podia ser assim. E portanto, já agora deixe-me ler-lhe uma outra coisa que eu acho importante: “O projeto da Melhor Cidade foi criado com o intuito de apoiar Municípios e Regiões que demonstrem interesse na cooperação Internacional”. Somos conhecidos por isso também na Europa. Por alguma cooperação Internacional. Depois diz assim, e foi isto que mais nos espevitou: “A seleção foi efetuada pelos nossos Sociólogos e baseada numa pesquisa da nossa Instituição, recomendações dos nossos parceiros, bem como resultados nacionais e internacionais de estudos nesta área”. Eu não tenho cá mais nada. Agora o que é que pedi. Pedi inclusivamente à Embaixada, para ver se tem algum contra com isto. Bem, mas tenho aqui, o Senhor Presidente da Instituição, e está aqui a quem já entregaram os Prémios. Se isto é tudo falso, até pode ser, mas aonde é que eu me baseio? Talvez também tenha resposta para isso. Como é que o Governo Inglês que é um dos Países mais desenvolvidos do Mundo, lá tem uma Instituição que esta sediada em Oxford publicamente desde dois mil portanto, à treze anos e não conhece os trapaceiros que lá tem, e a deixa funcionar. A pergunta é esta, tenho aqui o Fax da Senhora, até vou ler o nome, para ver que tem um nome, presumo que seja Alentejana, pelo nome, eu também sou caso com uma Alentejana tenho obrigação de saber isto Sara Bonda, é a Portuguesa



que trabalha no hotel onde se vai realizar em Montreux, onde se vai realizar o evento. Isto é o que eu sei. Se isto é gato por lebre ou se é lebre por gato, eu era capaz de lhe fazer uma pergunta. O que é que fazia no nosso lugar? Não dizíamos nada? Pronto, o que é que fazia? Rasgava? Olhe, eu tenho quase a certeza de uma coisa e agora deixe-me ser má-língua, também tenho esse direito. Se por acaso nós tivéssemos rasgado isto e aparecesse no jornal só a Câmara de Viana, ainda estas reuniões estavam cá: Olhe Viana recebeu um prémio e vocês...era isso de certeza absoluta. Eu tenho uma vantagem sobre esta coisa é que não vou ser candidato. Portanto, tenho uma vantagem enorme. Havia uma coisa que ficava um bocadinho desconfortável, era se chegasse lá e se não houvesse evento, isso depois dizia “ei com diabo”, mas já está tudo pago, diz a Senhora do hotel. Eu gostava agora, e era um pedido que lhe faço, de o ouvir já que me perguntou tanta coisa, de ouvir aonde é que acha na sua perspectiva que nós errámos. O que é que foi daqui que nós não nos acautelámos. Podíamos fazer uma outra coisa, era agarrar no bilhete de avião, ir lá a Oxford, gastávamos dinheiro aí e ver se de facto aquilo existia ou não. De resto eu deixei-lhe a pergunta se o Senhor Deputado Baila Antunes tiver alguma indicação que ajude nesta análise, se me vai falar apenas em blogs, eu estou disso curado, mais que curado porque não vale a pena. Se perguntassem um dia sobre aquilo que foi dito aqui, nomeadamente por alguns Senhores Deputados, bem até por aquela Senhora Deputada que interveio sobre o “Viseu Naturalmente”, se dissessem isto, e se alguém dissesse: Olha em Viseu faz-se uma coisa engraçada que é o “Viseu Naturalmente” depois a pessoa, a única crítica que tinha era ir ao blog, aquele blog e meu Deus dizia assim: “Aquilo, isso é tudo mentira, não há lá nada”, nem sequer tínhamos os espaços. Portanto, se houver alguma coisa de carácter institucional que diga que esta instituição não existe, que não sei quantos mais, que fomos burlados, eu nem sequer lá vou, e meto já um processo em tribunal para sermos ressarcidos. Agora, gostaria de ouvir a sua opinião talvez me dê alguma ajuda.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Esgotámos o Período Antes da Ordem do Dia. Era tão unânime que acabei por não por à votação, mas regimentalmente tenho que o fazer. Que é o Voto de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos que eu colocaria agora à votação. Pergunto se alguém vota contra? Se alguém se abstém? Portanto, *Aprovado por unanimidade*. O Senhor Deputado Baila Antunes, tinha pedido a palavra, mas como sabe, nesta fase já não o poderá fazer, mas depois quando for o período de informação do Presidente da Câmara, se os esclarecimentos não forem suficientes, pode sempre usar da palavra nesse período. Iriamos então dar início à Ordem de Trabalhos da nossa Sessão, exatamente com o Ponto Um que é a Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a “ACTIVIDADE MUNICIPAL”, e podemos associar os dois, obviamente não impedindo que os Senhores Deputados que queiram colocar alguma questão ao Senhor Presidente da Câmara o poderem fazer. Portanto iríamos tratar ao mesmo tempo, o Ponto Um e o Ponto Dois. Senhor Presidente tem a palavra.-----

- **TRINTA E QUATRO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados. Nos termos e para os efeitos no disposto da alínea e) do nº1 do Artº53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão acompanhada das matérias referidas no nº4 do Artº68 introduzido pela Lei nº5-A/2002 de 11 de janeiro. O regime democrático em que vivemos consagra, expressamente, na Constituição da República a existência de Autarquias Locais, as quais, enquanto, “... *peças coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas*”, integram a denominada Administração Pública Autónoma. Esta autonomia, relativamente à Administração Central, tem sido fundamental para o progresso e o desenvolvimento do nosso País. Aliás, têm sido as autarquias locais que, descentralizadamente, com empreendedorismo e notável capacidade de realização, têm, ao longo de todo o território nacional, contribuído de



forma decisiva para uma extraordinária qualificação da vida dos portugueses. O Poder Local, em virtude de estar mais próximo dos cidadãos e devido à sua comprovada boa capacidade de gestão, tem desempenhado um papel insubstituível na concretização dos interesses comuns, permitindo a melhoria económica, social e da qualidade de vida das populações respetivas. A referida autonomia, que é indissociável da descentralização de poderes da Administração Central, para o Poder Local, não é, no entanto, ilimitada ou absoluta. Tem limites que resultam do imperativo de se manter a unidade do Estado, da própria Constituição, dos diversos diplomas legais que são produzidos e que nos últimos anos tem sido cada vez mais restritivos, da repartição dos poderes públicos, com a definição das atribuições e competências próprias das diferentes pessoas coletivas públicas existentes, e, também, da tutela que o Estado exerce sobre as Autarquias Locais. Há ainda um outro fator que limita sobremaneira a autonomia e a atividade das Autarquias Locais. Refiro-me, naturalmente, aos recursos financeiros. Aos meios financeiros, ou melhor a sua escassez, têm um impacto decisivo na ação desenvolvida pelos municípios e pelas freguesias, sendo este um problema ao qual nem sempre é dada a devida importância. Este constrangimento é, maioritariamente, bem mais relevante do que as limitações referidas anteriormente. Conscientes desta situação, sempre adotamos uma gestão financeira criteriosa e de rigor, de forma a obtermos, atempadamente, os meios financeiros indispensáveis para satisfazer as necessidades públicas dos nossos concidadãos, através da realização das despesas e dos investimentos que são considerados essenciais.-----

Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Neste âmbito, recupero as palavras que proferi na Assembleia Municipal de Setembro de mil novecentos e noventa, decorria o primeiro ano do meu primeiro mandato: *“Gostaria, ainda,..., de salientar que esta actuação do Executivo a que presido está balizada no quadro financeiro que oportunamente analisámos com muita profundidade e de que demos conta a esta Assembleia. Entendemos que sendo, por definição, escassos os recursos financeiro, nenhum gestor poderá desenvolver cabalmente a sua acção se não conhecer e dominar a par e passo o binómio Gestão Orçamental/Investimentos.”* Esta é um a premissa que temos seguido desde o primeiro dia da nossa primeira tomada de posse. É certo que inicialmente passámos por tempos conturbados em termos de gestão financeira, mas, paulatinamente, fomos conseguindo estabilizar as finanças públicas do Município até alcançarmos uma solidez financeira que nos permite, hoje em dia, sermos considerados uma referência a nível nacional. A reputação que granjeámos assenta em dados concretos, basta para isso analisarmos alguns dos indicadores decorrentes da última “Conta de Gerência” apreciada e votada por esta Assembleia. Em trinta e um de dezembro de dois mil e doze:-----

O passivo de médio e longo prazo representava setenta e quatro vírgula setenta e oito por cento do total do passivo exigível, significando que a grande maioria da dívida do Município está diluída no tempo e na razão proporcional das amortizações dos investimentos realizados;-----

O total do passivo exigível representava apenas dezassete vírgula oitenta e seis por cento dos fundos próprios e o passivo de curto prazo apenas quatro e meio por cento, tendo ambos, diminuído relativamente a dois mil e onze; -----

O indicador de liquidez imediata, demonstrava que o Município de Viseu, possuía disponibilidades superiores em mais de cento e cinquenta e sete por cento em relação ao valor das dívidas de curto prazo;-----

O ativo circulante em dois mil e doze era superior em trezentos e cinquenta por cento ao passivo de curto prazo. Este indicador permite demonstrar que existe uma estrutura financeira equilibrada, pois cumpre a regra do equilíbrio financeiro mínimo;-----

Fazendo uma comparação entre a totalidade das dívidas com o ativo total, é possível verificar que estas representam apenas doze vírgula sessenta e dois por cento daquele, o que evidencia uma elevada autonomia financeira do Município de Viseu; -----

Outro indicador que consideramos deveras importante é o “Prazo Médio de Pagamentos”, em que no Município de Viseu era, naquela data de treze dias, de acordo com dados da



Direção Geral das Autarquias Locais. Demonstra não só a saúde financeira do nosso Município, mas também a nossa vontade em dinamizar a economia, através do pagamento atempado dos bens e serviços prestados ao Município. Ainda, outro exemplo demonstrativo do rigor e do cuidado que dedicamos às contas públicas. Se neste momento o Município de Viseu tivesse que encerrar o seu ano económico e prestar contas, o saldo relativo à execução orçamental a passar para a gerência seguinte seria superior a vinte milhões de euros. -----

Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Só assim tem sido possível ao Executivo Municipal tomar as medidas que tem tomado, de baixar as taxas do IMI, da Derrama, do valor da percentagem a que o Município tem direito na participação variável no IRS, não aumentar os preços da água ou os valores das taxas e outras receitas municipais, em contraciclo com a conjuntura nacional e como forma de impulsionar a economia local e melhorar a vida dos Viseenses. É neste contexto de boa situação financeira em que se encontra o Município de Viseu, apesar de não estarmos imunes à crise que assola o País, que propomos a esta Assembleia Municipal uma nova redução do valor da taxa anual do IMI para o valor mínimo legalmente permitido, ou seja, pretendemos que a mesma passe a ser de zero vírgula três por cento relativamente aos prédios já reavaliados. Esperamos, assim, poder amenizar os problemas financeiros com que se deparam as nossas Famílias e as nossas Empresas, constituindo esta medida mais um estímulo para as mesmas. Este é o nosso contributo para tornar a nossa Comunidade mais próspera e mais desenvolvida, sem, contudo, hipotecarmos o futuro financeiro do nosso Município.-----

Para concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixamos, igualmente, à consideração, e análise de Vossas Excelências, através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº4 do art.º 68º da Lei 169/99, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, designadamente:-----

Situação financeira, saldo atual das dívidas e outras origens de fundos;-----

Informação prevista na alínea d) do nº 1 do art.º 53º: participações em entidades societárias e não societárias;-----

Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Vamos então agora, iniciar o período de inscrições, já tenho um Senhor Deputado Inscrito, que é o Senhor Deputado Paulo Pereira, dou-lhe já a palavra enquanto outros Senhores Deputados se vão inscrever seguramente.-----

- TRINTA E CINCO - SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia Municipal, Público presente. Estamos aqui para debater este ponto, relativamente à informação sobre a Atividade Municipal, e conforme foi solicitado pelo Senhor Presidente da Autarquia, vamos também abordar a questão da proposta da nova taxa para o IMI. Conforme o Excelentíssimo Senhor Presidente do Executivo Camarário salientou, na sua informação sobre a Atividade Municipal, a Autarquia de Viseu, tem pautado a sua postura por um nível de exigência elevado relativamente à gestão financeira criteriosa e de rigor, com a sempre presente preocupação da adequação dos meios financeiros à satisfação das necessidades públicas dos cidadãos, com um balanço adequado entre receitas, despesas e investimentos. Desta forma, estamos habituados a constatar um elevado equilíbrio das finanças públicas do Município que se traduz numa forte solidez financeira, sendo esta Autarquia uma referência a nível Nacional, pelas razões já enunciadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Executivo Camarário que não importa estar agora aqui a repetir. Como consequência desta gestão financeira com critério e com rigor, foi possível nos últimos anos reduzir a carga fiscal sobre os cidadãos e as empresas do Município de Viseu. Com a redução do IMI e da Derrama, reduzir o valor da percentagem que o Município tem direito no valor do IRS, foi possível a manutenção dos preços de serviços como o abastecimento de água à população e das Taxas Municipais.



Saliente-se que esta situação em contraciclo com o que sucede a nível Nacional, resultado da herança pesada que o País tem que reverter, contribui para atenuar os efeitos da crise nacional sobre os Viseenses e para a conseqüente melhoria do seu nível de vida. Fazendo agora a ligação ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, a proposta apresentada nesse ponto da redução da taxa anual do IMI para zero vírgula três por cento para os prédios novos e reavaliados, traduz-se numa redução de quarenta por cento relativamente à taxa máxima do IMI, e situa-se conforme o Senhor Presidente já disse no limite inferior legal da taxa anual do IMI, traduzindo-se ainda numa redução de catorze vírgula três por cento relativamente ao valor em vigor no ano transato. É proposta ainda, a manutenção da taxa de zero vírgula seis por cento para prédios ainda não reavaliados, que se traduz numa redução de vinte e cinco por cento relativamente à taxa máxima. É de salientar aqui a precaução que o Executivo Camarário tem relativamente à manutenção da taxa para prédios não reavaliados pois, poderão ainda existir prédios nestas condições. Importa ainda também referir alguns aspetos. Uma outra precaução que o Executivo acautela, pois a nova Lei das Finanças Locais, ao obrigar a financiar o fundo de apoio municipal, com as receitas excedentárias decorrentes IMI, o que canalizaria à partida parte das referidas receitas. O facto de que na primeira tranche do IMI recolhido no presente ano, ter resultado num prejuízo de dois vírgula sete por cento cerca de seis milhões de euros, para as Autarquias, conforme foi revelado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, pelo que o aumento do IMI, não se verifica nas receitas fiscais, prevendo-se um aumento da receita bastante inferior ao previsto, também devido às dificuldades das famílias em assumir os seus compromissos fiscais. Viseu que já se encontravam entre as Capitais de Distrito do País com a taxa de IMI mais baixa, passa agora a ser efetivamente uma das Capitais de Distrito com a taxa do IMI mais reduzida, a par apenas de Lisboa Castelo Branco e Aveiro, praticando todas as restantes Capitais de Distrito taxas superiores. Nem sempre é bom estar no topo da lista, neste caso Viseu, está no fim da lista o que é um anseio natural dos nossos concidadãos. Esta posição no final da lista, promove o apoio às famílias e a dinamização da economia local, sendo mais um contributo para o desenvolvimento. O esforço de o Executivo Camarário liderado pelo Dr. Fernando Ruas, ao longo dos anos, permite ter um Município com contas equilibradas que não necessita de cobrar taxas e impostos elevados, e pode utilizar a fiscalidade como uma medida de planeamento. Quando foi necessário pedir a participação dos Viseenses, eles, no passado disponibilizaram-se, agora é possível aliviar os Viseenses das suas responsabilidades fiscais sem que as receitas Municipais e o investimento e desenvolvimento futuros fiquem comprometidos. Muito obrigados pela atenção.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

- TRINTA E SEIS - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Comunicação Social, Público em Geral. Não é para nós novidade a estabilidade e equilíbrio financeiro do Município, que não raras vezes e por diversos meios e razões tem sido brandido pela voz do Sr. Presidente do Município. Um tal equilíbrio, ou solidez financeira, como é apelidado, construiu-se, entre outros, através da política fiscal Autárquica que este Executivo adotou ao longo dos seus mandatos, particularmente nos dois mais recentes. Com efeito, com a entrada em vigor do novo Código do IMI, que proporcionou a sobreavaliação de uma boa parte do imobiliário urbano, foi a forma encontrada para recheiar os cofres Municipais. Indiferente aos sacrifícios que isso causava aos Municípios, as taxas máximas de IMI foram a fonte de receita por excelência, que permitiu que o Executivo Municipal chegasse a este tempo propalando a sua solidez financeira. Nem os diversos apelos aqui feitos pela bancada do PS, fundamentados exatamente no facto de os valores patrimoniais tributáveis dos prédios urbanos se encontrarem sobreavaliados, ou a crise financeira e económica que assolaram o nosso país,



tiveram qualquer êxito no sentido de ser aliviada a carga fiscal de que os Viseenses foram objeto ao longo de todos estes anos. Aliás, sempre que nesta Assembleia se discutiram as taxas dos impostos municipais, muito em especial a do IMI, ao propormos o seu abaixamento significativo, tivemos em conta a situação financeira municipal, a chamada almofada financeira, como o Sr. Presidente gosta de se lhe referir. Nada valeu, então, a pena. Até que, surpreendentemente, hoje, o Sr. Presidente do Município, com exatamente os mesmos fundamentos que sempre lhe apresentámos para que a taxa de IMI fosse suavizada para com os Viseenses, propõe a taxa mínima para os prédios urbanos que foram objeto de avaliação depois da entrada em vigor do Código do IMI. De facto, sempre alertámos para os reflexos e impacto que o valor patrimonial tributário, resultante da avaliação e reavaliação dos prédios urbanos, tinham no valor a pagar pelos seus proprietários. Sempre referimos a implicação que a política fiscal adotada pelo Executivo Municipal tinha nas taxas de desemprego verificadas no concelho, ao que nos era ripostado que isso não era com a Câmara, mas sim com a Administração Central. Nunca esquecemos as dificuldades que os impostos máximos criavam, direta e indiretamente, nos sectores económico da construção civil e imobiliário. Nunca nos passou despercebido e referimo-lo, que a cobrança do IMI, ao longo dos anos da sua existência, sempre superou as expectativas orçamentais do Município, numa clara demonstração do exagero na aplicação das taxas. E, um dos principais fundamentos que sempre sustentámos foi o de que, tendo em conta a sobrevalorização do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos avaliados ou reavaliados segundo as regras do Código do IMI, o Executivo Camarário tinha ao seu dispor a possibilidade de minorar os seus efeitos, através da compensação com o abrandamento das taxas adotadas. Que não, dizia então O Sr. Presidente da camara Municipal. Que, se queríamos taxas mais baixas, o Sr. Primeiro-ministro que alterasse o Código no que a isso respeitava. Claro que nos lembramos que, então, o Governo era do Partido Socialista. Pois bem, finalmente, eis que o Sr. Presidente do Executivo, mesmo sem que o Governo, que agora é do PPD, ou o seu Primeiro-Ministro alterem o Código do IMI, reconheceu ser possível, localmente, desagrar a fatura do IMI aos Viseenses, exatamente como sempre lhe propusemos que procedesse. Só que, a medida agora adotada em fim de ciclo, vem com quase uma década de atraso e já não remedeia o que de gravoso, nesta matéria, foi imputado aos Viseenses proprietários de prédios urbanos no seu Concelho. Não deixamos, contudo, de saudá-la, como realçamos, também, a preocupação agora demonstrada com a preservação de postos de trabalho, o mesmo é dizer com o desemprego verificado no concelho, que há alguns poucos anos atrás se atribuía, em exclusivo, ao poder central. Ainda bem que as propostas que formulámos durante a última década, tal como os seus fundamentos, serviram de alguma coisa e, agora, estão a ser levadas à prática pelo Executivo Municipal. Com muito atraso, é certo, mas elas aí estão, para nossa satisfação, porque afinal não foi em vão o nosso trabalho, ao contrário do que pode querer fazer-se crer, para benefício de todos os Viseenses, nossos concidadãos, proprietários de prédios urbanos neste concelho. Como também não foram em vão e tinham razão de ser, esta e outras propostas que, oportunamente, apresentámos. Iremos, pelo que fica dito e como é óbvio, votar favoravelmente a proposta que nos é apresentada, relativamente às taxas do IMI a aplicar no próximo ano. Muito Obrigado-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Manuela Antunes.-----

- TRINTA E SETE - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Boa tarde a todos e a todas novamente. Claro que estou supercontente por ir votar esta taxa para zero vírgula três, como é óbvio é uma boa notícia para todos os Viseenses e todas as Viseenses, aliás relembro que já na Sessão de dezembro desta Assembleia, o camarada que me antecedia, tinha votado contra a proposta de zero trinta e cinco porque gostávamos de estar já a votar na altura a proposta zero ponto três. De qualquer das maneiras, como eu estava a dizer, esta decisão vem tardia. Vem tardia no sentido que já muitas famílias não perdiam a sua habitação se esta decisão fosse mais



atempada. Quero realçar o seguinte, a legislação em vigor, também prevê que as taxas fixadas anualmente, sejam elevadas ao triplo no caso dos prédios urbanos que se encontram devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas. Também possibilita a fixação de taxas de IMI por freguesia, podendo deliberar-se uma redução até vinte por cento da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados, tornando mais atrativa a residência em certas áreas do Concelho, também mediante deliberação desta Assembleia Municipal. Pode ainda majorar-se até trinta por cento a taxa aplicável a prédios urbanos considerados nos termos da Lei como degradados. Para responder à reconhecida degradação do edificado e à falta da habitação digna para muitas famílias, é decisivo utilizar todas as possibilidades, mas todas mesmo abertas pelo Art.º 112 do CIMI para incentivar o arrendamento e a reabilitação do edificado. Para atingir tais objetivos, impunha-se que o Município de Viseu procedesse à completa identificação dos prédios ou frações autónomas devolutas, degradadas ou em ruínas a penalizar fiscalmente. Para além da elevação da receita do IMI, trata-se de combater a injustiça fiscal, entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que deixando os prédios ao abandono não respeitam a finalidade habitacional dos imóveis. E, daqui surgem necessariamente outras perguntas: Quantos prédios ou frações autónomas, devolutas, degradadas ou em ruínas, foram identificadas pelo Município e transmitidas à Direção Geral dos Impostos com vista ao agravamento fiscal dessas situações antissociais? E porque não reduz o Município de Viseu até vinte por cento como a Lei prevê a taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados, por exemplo nas freguesias do Centro de Viseu para incentivar a disponibilização de casas para arrendar? O Bloco de Esquerda como sempre, continuará o seu combate pela justiça fiscal e pela reabilitação do edificado e pelo incentivo ao arrendamento na área central da Cidade, e como é óbvio, vamos votar a favor deste abaixamento da taxa. Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado Tiago Pinhel tem a palavra.-----

- TRINTA E OITO - O SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP): Boa tarde a todos mais uma vez. Apenas uma breve intervenção para saudar mais uma vez a saúde financeira da Câmara Municipal, por isso à semelhança e seguindo a linha do que também temos vindo a defender nesta Assembleia, apesar de podermos questionar ou não o calendário, votamos favoravelmente esta proposta não esquecendo que vamos de encontro ao que temos vindo a fazer na questão das contas deste Executivo Camarário pois temos vindo a votar favoravelmente nos últimos dois anos.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado. Senhor Deputado Manuel Teodósio tem a palavra.-----

- TRINTA E NOVE - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente, dispense os cumprimentos. É só para relembrar ao Partido Socialista o seguinte: Estas taxas do IMI e outras, são votadas aqui anualmente, é todos os anos, não é vitalício. Portanto, as taxas que são propostas não são iguais, porque se entende que de ano para ano há oscilações, porque senão a gente votava e era logo par o mandato inteiro ou para a uma década ou para duas. Portanto, se o Partido Socialista, só vai votar favoravelmente porque entende que esta é uma proposta do Partido Socialista, estão equivocados. Esta não é uma proposta do Partido Socialista. Esta é uma proposta do Executivo da Câmara. Portanto, façam favor de estar à vontade, podem votar contra, que não vá contra aquilo que vocês estão a pensar, mas estão perfeitamente equivocados.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição. Senhor Deputado Alberto Ascensão para a segunda intervenção neste ponto. A gestão é do Senhor Deputado, depois esgota as duas intervenções. Está a ver o Presidente da Mesa está sempre a ajudar os Deputados a exercerem bem as suas funções. Senhor Presidente da Câmara, dou-lhe a palavra-----



- **QUARENTA - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Eu não prescindo Senhor Presidente. Eu gostaria de dizer ao Deputado Ascensão e depois dava-lhe isto. Esta é a posição da Câmara de Viseu, não sei se os Senhores Deputados todos vêm no fundo da lista, desde dois mil e nove. Acho que o “Parisiense” ainda lá estava em dois mil e nove. Dois mil e nove, dois mil e dez, dois mil e onze. Portanto, nós não baixamos os impostos agora. Não os baixámos agora e não vale a pena vir com conversas. Esta era a nossa posição em dois mil e nove, dois mil e dez e dois mil e onze. Já agora, talvez se conheça quem estava à frente, agora está em último, isto quer dizer que é uma evolução que as Câmaras fazem consoante as suas disponibilidades. A Câmara de Braga tinha zero vírgula oito, a Câmara de Castelo Branco também. Curiosamente a Câmara de Castelo Branco aparece já em dois mil e doze na parte final. Na altura podia, tinha a taxa máxima e agora está na parte final. Viseu não fez isso. Por acaso é uma das Câmaras por quem eu tenho muita admiração e sobretudo pelo ‘Presidente da Câmara. Sabem, é meu Vice-presidente na Associação Nacional de Municípios e portanto é uma pessoa que eu considero. A Câmara de Castelo Branco, foi daqui até aqui. A Câmara de Viseu esteve sempre aqui. Se acha que isto era ter taxas máximas, e que nós não respondíamos ao Partido Socialista. Mas eu gostaria que confirmassem, não é ficar apenas porque o Partido Socialista riscou o disco aí e disse: “Taxas máximas; Taxas máximas; Taxas máximas”, mas não temos, não temos taxas máximas, desde dois mil nove, dois mil e dez, dois mil e onze, curiosamente, já agora, tínhamos a taxa maior em dois mil e nove, nessa altura, fui candidato à Câmara. Portanto, só para verem não tem nenhuma relação. Já agora, eu gostava de lhe perguntar..., bem, o Partido Socialista deu-nos um contributo uma vez, isso é verdade, e o contributo que nos disse, foi: Façam coroas circulares á volta do território e depois aqui é o coeficiente máximo, depois ali menor, menor e menor, foi assim que nos disse. Os coeficientes de localização foram assim determinados. Está aqui a proposta do Partido Socialista. Disseram, tracem corroas circulares, portanto, esta é a mais importante, depois para ali menos, para ali menos e para ali menos, É uma espécie assim, como os miúdos fazem com o rapa. Só que se esqueceu que por exemplo, quando traçou a primeira zona, a Quinta do Bosque, ficava com o Bairro da Cadeia, esqueceram-se disso. Esqueceram-se de outra coisa, esqueceram-se por exemplo que lá em baixo a Foz do Dão que dava com a Pedra Cavaleira por exemplo, ou com o sítio mais pobre do Concelho e também não podia ser. Portanto, este foi o contributo que nos deram. Já agora uma outra coisa, aliás, eu queria dizer ao Deputado Paulo Pereira que gostei muito, e é uma coisa que eu utilizo com frequência, e só por isso valeu a sua intervenção. Dizer que temos utilizado a Fiscalidade ao serviço do planeamento. É exatamente isso. Eu queria perguntar se o processo podia ser diferente? O que é que nós fizemos? Quando as finanças da Câmara não estavam bem, fomos pedindo aos Viseenses que nos dessem contributos máximos. Foi isto. A Câmara não estava bem, então pedimos às pessoas, olhem, vão ter que ter impostos máximos. Agora que temos a situação financeira equilibrada, é agora que baixamos os impostos. Isto não está correto? Já agora deixem-me dizer qual era a situação inversa. Sabem qual era a situação inversa? Era aquela como eu vi e infelizmente e que ando a tratar até com algum altruísmo. Câmaras que não fizeram isto, não aplicaram taxas máximas, aplicaram taxas mínimas, algumas estão aqui, basta lê-las. Foram por ali abaixo, e agora nem tiveram possibilidade de aplicar. Veio o Governo e disse: Agora se queres ir ao PAEL, taxas máximas. Se a posição era esta..., olhe eu queria dizer-lhe uma coisa. Não leve isto a mal, mas queria dizer-lhe uma coisa. Estou a finalizar estes quase vinte e quatro anos de funções camarárias. A melhor coisa que eu fiz, foi em matéria financeira, não seguir nem uma opinião do Partido Socialista. Estava feito. Fiz tudo exatamente ao contrário daquilo que os Senhores me aconselharam. Aquilo que os Senhores me aconselharam, foi sempre, gaste muito e recolha pouco. Foi sempre isto, foi sempre o conselho que me deram. Gaste, gaste, gaste. E não cobre nada. Não, é tudo de borla, a gente sabe como é que é. Eu não pedi empréstimos, se pedisse empréstimos, agora tínhamos aqui a Troika. Mas eu não pedi empréstimos, estamos aqui livres. É por isso que eu vim com todo o gosto, e já agora deixe-



me dizer-lhe que não foi inocente. Eu vim aqui dar-lhe porque gostaria, tenho responsabilidade, são vinte e quatro anos, está o meu prestígio também em causa. Vim aqui dar um retrato como é que deixo a Câmara. É este. Para evitar que alguns lunáticos digam que temos uma série de “esqueletos no armário”. Não temos. Eu espero sinceramente que o Partido Socialista lá não chegue, mas se chegasse era uma sorte dos diabos porque encontrava a Câmara direitinha, completamente direitinha. Esta é a nossa obrigação. Portanto, eu gostaria de dizer, nós trazemos aqui o abaixamento do IMI, porque achamos que a Câmara que o comporta, e por uma outra razão que o Professor Paulo Pereira aqui trouxe, que eu acho fundamental. É porque não estamos disponíveis, “não vá o diabo tecê-las”, para termos que agarrar no dinheiro que nos sobra do IMI e metê-lo no fundo do apoio municipal. Portanto, não estamos disponíveis. Não quero consignar esta receita. Portanto, como não a quero consignar, prefiro que ela seja retirada aos Viseenses, isto é que os Viseenses paguem menos do que ir que ter que agarrar neste dinheiro e pô-lo no fundo que vai apoiar uma Câmara que se portou mal. Portanto não quero. Portanto a posição é esta. Portanto retiro-o já. Contando com aquilo que eu disse, fica aqui a minha palavra, isto não retira nada da solidez financeira da Câmara. Nada. Portanto, como foi dito aqui, nomeadamente pelo Deputado Manuel Teodósio, como isto é evolutivo, naturalmente que também é os juros de quem gere a Câmara. A evolução que eu dei pode ser inversa. Proximamente, posso dizer, agora, partimos do limite mais baixo e vamos seguindo, e vai-se explicar, e pois depois pode-se voltar a baixar, por isso é que os Impostos Municipais têm bandas. Porque é que os impostos Municipais têm bandas? Porque é que têm um limite máximo e um mínimo. É para que cada um de acordo com aquilo que é a sua visão da gestão financeira, atuar, próximo do máximo, próximo do mínimo ou no campo intermédio, porque se não fosse assim, dizia-se assim para o IMI é zero vírgula três, e era para todos. Mas isso, limitava a capacidade financeira e de planeamento de quem está a decidir. Portanto, é importante que cada um saiba em determinado momento se pode aplicar taxas máximas ou mínimas. Já agora a Deputada Manuela Antunes, trouxe aqui um problema sério de Fiscalidade, acho que aquele amigo que diz que de vez em quando fala consigo sobre estas matérias, desta vez acertou na fiscalidade. Mas queria dizer-lhe que nós temos este problema, e sempre o tivemos com cuidado, que é a minoração e a majoração dos prédios em ruínas. Eu trouxe até aqui alguns dados, para lhe dizer que os prédios que têm sido majorados, têm diminuído em termos de número, o que significa, que há cada vez mais particulares a cuidarem dos seus prédios. Há cada vez mais. Nós temos esse levantamento. Queríamos que fossem todos, porque aqueles que não cuidam da reabilitação dos seus prédios, são majorados, os que estão em ruínas, são majorados, e nós temos dados que cada vez têm sido menos, é um número pouco significativo, mas têm sido menos. Começámos eventualmente com cinquenta e neste momento são quarenta e cinco o que significa que houve gente que foi tratando da sua recuperação, e nós damos conta. Nós queríamos é que fosse tudo recuperado, mas não tem sido. Só para dizer que estas fiscalidade, nós também a vamos utilizar. Espero sinceramente, aliás por informação, tenho sorte de ter aqui o Presidente da SRU ao lado, que é quem está a tratar dessa matéria, e trazê-lo aqui em setembro. Vai ser uma das últimas propostas que trago aqui à Câmara, exatamente uma lista majoração e minoração dos prédios em ruínas. Portanto, é esta a explicação Senhor Presidente que eu gostaria de ter dado. Muito Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado Senhor Presidente. Não sei se mais algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Está a ver Senhor Deputado Alberto Ascensão, um conselho amigo. Tem a palavra.-----

- QUARENTA E UM - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES ASCENSÃO (PS): Eu vou ser rápido. Há uma coisa que, eu comecei exatamente por dizer que não temos dúvida, relativamente à solidez financeira da Câmara Municipal e portanto isso não temos dúvidas. Relativamente aquilo que disse o Senhor Presidente e eu não discordo de tudo, simplesmente quando se diz, e o Senhor Presidente também dizia taxas máximas



para obras máximas e portanto, isso explica de alguma forma a nossa conceção de como geríamos de outra forma certamente. Como também, nós também fomos evolutivos nas taxas que propusemos ao longo estes anos. Não fizemos nenhum plano plurianual de taxas para o IMI. Fomos apresentando à medida que sabíamos da situação e da almofada financeira de que a Câmara dispunha ao longo de todos os anos. Depois, nós também temos que ter em consideração, ainda lhe relembro aqui que discutimos e fomos um bocado contra as portagens das ex-SCUTS exatamente por causa de não termos atingido o nível económico. Porque é que nós nos havemos de comparar com outros, temos de nos comparar connosco mesmo, nós não temos o mesmo nível económico de outros concelhos. Nós temos é que saber se nós, se a nossa população tem capacidade para suportar este tipo de coisas. Eu comparo, e permitam-me que tenha a minha opinião, e dou a minha opinião, já uma vez disse aqui ao Deputado e meu amigo Doutor Manuel Teodósio, que nós aqui pensamos pela nossa cabeça, não temos que pensar nem fazer de outra forma. E portanto, as ex-SCUTS, foi um dos problemas que sempre regateamos, foi exatamente porque não tínhamos atingido o nível do resto do País, para não sermos portajados por aqui. Então agora para o IMI já podemos pagar as taxas dos outros, mesmo tendo valores patrimoniais tributáveis elevados, e mais elevados que os outros, e não vou discutir aqui a forma como apurámos o valor patrimonial, como é que foi feito o zonamento, eu isso já dou por assunto discutido e encerrado da minha parte e já uma vez eu aqui disse que nunca mais voltaria a essa matéria, e não volto. Agora queria só dizer-lhe o seguinte para encerrar: O Senhor Presidente diz que faz tudo ao contrário do que nós fazemos, e é assim que tem encontrado a solução para os problemas, mas nesta matéria, atrasado dez anos, chegou lá. Mas também queria dizer o seguinte: Há aqui uma afirmação que fez nesta intervenção que contraria o motivo e os fundamentos porque apresenta a redução das taxas do IMI. De facto, diz que tem em consideração as dificuldades, e eu não vou ler aqui o extrato da ata que nos foi mandado, em consideração às dificuldades e portanto a minoração que pretende dar às dificuldades da população Viseense. Então como é que se explica que afinal nos venha dizer que não quer é deixar ir os excedentes ou consignar os excedentes. Então a razão principal porque baixamos as taxas, é para que não haja excedentes, pergunto eu ao Senhor Presidente? Pelo menos foi esta a afirmação que deixou aqui na sua última intervenção. É que uma das razões porque baixaram as taxas era para não haver excedentes, para não terem que reverter a favor do fundo. Fico de qualquer forma satisfeito por saber que finalmente chegaram às taxas que o Partido Socialista há dez anos apontava como ajustáveis à situação financeira do Município e que daí para cá foi um exagero as taxas que foram sendo aplicadas. Muito Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.-----

- QUARENTA E DOIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Obrigado Senhor Presidente. Assim mesmo muito rápido, que a necessidade obriga-me a isso. Senhor Deputado, de facto acho que não percebeu. Eu vou-lhe dar só duas explicações sobre a matéria que trouxe aqui:-----

Primeiro, eu disse taxas máximas para obras máximas. É conhecido, estou-lhe a dizer mais uma vez e eu quero fazê-lo com alguma pedagogia, possivelmente, não terá estas informações, que eu tenho a obrigação de ter. Os Municípios estão na fase de acabamento das infraestruturas, e portanto, as obras máximas acabaram, ou pelo menos não é necessário grande parte das obras máximas. Nós não vamos outra vez fazer os investimentos brutais do saneamento que fizemos aí pelo concelho fora. Nem voltamos a fazer os grandes equipamentos como o Multiusos, as Escolas, etc. etc., não temos necessidade. Portanto eu diria, houve um tempo para obras máximas taxas máximas e há agora um tempo para um outro tipo de taxas. Mas já agora uma outra coisa. Disse-me que nós não nos podemos comparar, como quem diz, os Municípios ricos é que devem pagar muito imposto, os Municípios mais pobres devem pagar menos. Então olhe e veja, quem



está quase sempre na cauda é Lisboa, e eu, não se me consta que seja um Município mais pobre, portanto, devia cá estar em cima, pagarem mais impostos lá, porque é o Município rico. Mas já agora veja se preferia esta evolução, também de um Município por quem eu tenho grande simpatia, que é o Município de Évora. Em dois mil e nove era o último da lista, quer dizer que era o primeiro, em dois mil e dez também era o último, em dois mil e onze estava em quarto a contar do fim o que também não era mau, em dois mil e doze, no ano passado passou para quarto a contar de cima. Se queria esta evolução, se a evolução era pagar pouco, pagar pouco, e agora em tempos de crise pagar muito, com os diabos, eu acho que não. Já agora uma outra coisa para lhe explicar. Eu não disse que não queria, e eu vou-lhe explicar outra vez a questão do fundo. Está previsto e penso que sabe, a criação de um fundo de apoio municipal, para que os Municípios em dificuldade se possam socorrer, e a Associação a que eu presido tem defendido que esse fundo de apoio municipal, seja financiado pelo Estado, e há uma discussão, naturalmente com o Estado que diz que não, e que devem ser os municípios com excedentes nomeadamente do IMI que devem financiar o fundo. Aquilo que eu digo é: Então vou ter excedentes dos impostos dos meus munícipes e se eu não tiver dívidas que é o caso, retiro para financiar um fundo. Então, aquilo que eu prefiro é baixá-lo nos impostos para não ter que financiar esse fundo. Acha que é alguma coisa de anormal. Mais, até podia acontecer eu estar a financiar um fundo que fosse a correr a uma dificuldade de um Município que por exemplo fez uma obra não sei quantos, que nós precisássemos aqui no Município. Então o que eu digo é: Em vez de estar a sacrificar os Munícipes, agora que tenho possibilidade, é agora que eles precisam. Quando é que se devem baixar os impostos? Lembre-se que, e não vale a pena estar a lembrar-lhe isso, de certeza que não vai desmentir, até maio de dois mil e onze, nós não tínhamos nenhuma dificuldade no País. Nenhuma, basta ver o comentador todas as vezes. Não sei se fosse “co mente e dor” também era isso. Todas as vezes que ia à televisão nós estávamos num País espetacular. Todas as vezes. Portanto, é mais correto baixar os impostos agora. É o que toda a gente reclama a nível Nacional. Portanto, eu penso que a forma como a Câmara procedeu nesta matéria, é a forma correta. Já agora dizer-lhe mais uma coisa. Há pelo menos um dado que ninguém tira. Foi tão correto que nós endireitámos as finanças municipais, e não se consta que não fizéssemos obra. Até nos perguntam, aliás a Senhora Deputada queria um requerimento, é um mimo que lhe faço porque gosto de si, já sabe disso, sabe disso, também se pode gostar de uma Senhora do Bloco de Esquerda, acho que sim. -----

A Senhora Deputada do Bloco de Esquerda intervém dizendo: Não se pode ser perfeito.----

O Senhor Presidente da Camara prossegue dizendo: Claro, Claro. Só para dizer que, pediu-me há bocadinho, disse que fez um requerimento à Assembleia para pedir ao Presidente da Câmara, de um dado que têm. Não, há bocadinho dizia que o Senhor Presidente que não respondia e que fez um apelo ao Senhor Presidente para nós darmos resposta aos vossos requerimentos. Que têm trinta dias. Mas também fazerem requerimentos de coisas que têm no bolso, é muito complicado. Eu tenho aqui os dados das contas. Perguntou-me os custos do funicular, e fizeram um requerimento à Câmara. Então, mas ele está aqui, isto foi público. Estou a dizer que isto é público, e é de dois mil e treze e foi aprovado. Só para dizer, estão aqui os custos do funicular. Só para lhe dizer, se faz um requerimento ao Senhor Presidente, para ele me entregar a mim, para eu lhe mandar os custos do funicular, só se eu lhe oferecer outra vez uma cópia daquilo que foi aprovado aqui. Portanto, só para dizer, eu não darei resposta a este tipo de requerimentos, e eu digo-lhe, não é nenhuma deselegância, isso foi aprovado na última Sessão tal, tal, tal.--

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal intervém dizendo: Senhora Deputada se depois quiser usar da palavra eu dou-lha. Não há diálogo.-----

O Senhor Presidente da Câmara prossegue dizendo: Use da palavra depois Senhor Presidente enquanto eu estou aflito-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Eu sugeria aos Senhores Deputados, como nós já acabámos de debater a questão do Ponto dois, e a questão que a Senhora



Deputada quer colocar, não tem a ver com o Ponto dois, eu sugeria que puséssemos já à votação e íamos ganhando aqui algum tempo, enquanto o Senhor Presidente se ausenta, para não fazermos um intervalo. Então, eu vou pôr à votação. Pedia só aos serviços que fizessem a contagem do quórum, embora eu pense que neste caso, nem vai ser necessário saber exatamente o quórum, mas é sempre importante. Muito bem, estou quarenta e nove Senhores Deputados presentes na sala. Eu vou pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, Aprovado por unanimidade.-----

Vamos entrar no Ponto Três apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de Viseu, sobre “REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO CONCELHO DE VISEU”, pergunto ao Senhor Viseu Presidente se não quer ir introduzindo, e assim, íamos, ganhando tempo. Tem a palavra Senhor Vice-Presidente.-----

- QUARENTA E TRÊS - O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito boa tarde, queria cumprimentar o Senhor Presidente e Mesa, os Senhores Membros da Assembleia, Público e Comunicação Social. Relativamente a este tema, ele está intimamente ligado ao anterior, com uma proposta que foi aprovada também por unanimidade na Câmara de suavização também das taxas. Se verificarem por exemplo no documento que está hoje em vigor no Diário da República, no Artigo sétimo, que é o mais profundamente alterado, dizia-se que: *“considera-se gerador de um impacte urbanístico relevante e impacte semelhante a um loteamento; a) Toda e qualquer construção que disponha de mais do que um fogo... b) Toda e qualquer construção destinada a serviços e ou comércio, com área bruta superior a duzentos e cinquenta metros quadrados...”*. Eu dou só isto, porque isto é muito fastidioso. Se verificarem a nossa proposta, é que sujeito a esta alteração em vez dos duzentos e cinquenta metros, passa para quinhentos metros. Isto é, vai realmente beneficiar, vai tornar mais suave, vai amenizar, digamos o peso dos encargos sobre o promotor, que pode ser um promotor individual. Portanto, toda esta proposta de alteração das taxas urbanísticas, vem no sentido de tornar mais fácil o investimento, tornar mais fácil também muitas das vezes, a ampliação das casas, etc., etc. Portanto isto de alguma forma, se interliga com a proposta de redução da taxa do IMI. Já agora, o Senhor Presidente não falou, mas é bom lembrar que por exemplo várias Câmaras têm zero vírgula quarenta de taxa de IMI e convinha aqui também ajustar um pouco, aquilo que o Senhor Deputado do Partido Socialista aqui referiu. Nós quando mexemos nas taxas, não fizemos apenas e só mexer nas taxas. Nós fizemos uma alteração profunda do zonamento, contrariando claramente a proposta do Partido Socialista, que era realmente uma asneira completa na altura. Não é com estes protagonistas, com estes colegas que estão aqui ao lado e que realmente previa essas coroas concêntricas. Portanto, uma casa no Bairro Municipal, tinha o mesmo coeficiente de localização, do que se estivesse situada na Rua António José de Almeida. Não são a mesma coisa. São coisas realmente diferentes. Não podemos tratar da mesma maneira coisas completamente diferentes. O que nós repusemos foi, a justiça através de um mosaico com uma proposta que não foi totalmente aceite. A CNAPU não aceitou todas as propostas que nós fizemos de zonamento e de redução drástica dos coeficientes de localização. Citámos aqui também o exemplo, eu moro numa Avenida, mas há aí outras, Avenida Cidade de Aveiro que de um lado da Avenida temos um coeficiente de localização, na mesma Avenida no lado oposto temos um coeficiente diferente. Foram essas situações que nós, não tivemos possibilidades, e esta Assembleia também não, de fazer realmente as alterações. Portanto, esta redução, liga-se também as taxas de urbanização, no sentido de tentarmos de alguma forma reanimar e suavizar também, investimentos, muitas vezes investimentos pequenos. É que não estamos aqui a falar apenas de grandes loteamentos, estamos a falar por exemplo em qualquer cidadão que tem a sua casa e que pretende fazer uma ampliação e portanto, temos margens mais folgadas para não sermos tão digamos, pesados em termos de impostos. Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-



presidente. Tenho uma inscrição para este ponto. O Senhor Deputado Diamantino Santos. Pergunto se mais alguém se quer inscrever neste ponto.-----

- **QUARENTA E QUATRO - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CORAÇÃO DE JESUS DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Mais uma vez muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, dispense-me dos cumprimentos, porque a tarde já vai longa. Gostava se me permite, que de alguma forma me facilitasse esta intervenção, enquanto Presidente de Junta. Tenho muito orgulho nisso, e de facto não faço em defesa da minha dama, mas em defesa das minhas convicções. Por falar em convicções, eu gostava também de deixar aqui uma palavra bem clara, sobretudo comentando alguém que vai dizendo que os Presidentes de Junta, só servem para levantar os braços. Nós não somos nenhum levanta braços, temos a capacidade de pensar, para além do respeito e da proximidade que temos com as nossas populações. Nesse sentido, em relação e muito concretamente a esta proposta que o Município nos apresenta, nós grupo do Partido Social Democrata, nesta Assembleia, naturalmente que vamos concordar com essa proposta, por razões objetivas, o Senhor Vice-Presidente já o disse aqui, é mais uma medida facilitadora da fixação de pessoas no Concelho e na Cidade, felizmente que a disponibilidade financeira da Câmara não nos obriga a ir a nenhum PAEL e consequentemente não temos as taxas máximas, e por outro lado também, aqui está um agente mobilizador e dinamizador da economia local. Esta pode ser uma forma também de alavancar um setor tão em crise. Portanto, iremos votar a favor.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, também para intervir neste ponto.

- **QUARENTA E CINCO - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES ASCENSÃO (PS):** Muito rapidamente. Peço desculpa por os não cumprimentos, uma vez que já os fiz uma vez, ficam reiterados. Primeiro, dizer ao Senhor Vice-Presidente que o zonamento que foi proposto, como bem disse, tem origem em determinadas pessoas, em determinado contexto, não custa nada a ninguém reconhecer quando as coisas não estão tão bem quanto se pensa. Agora uma coisa é certa, era à Câmara que competia propor a retificação ou a correção do zonamento, fê-lo, bem, a responsabilidade é da Câmara e fê-lo, não foi tão longe quanto todos desejaríamos e nisso estávamos de acordo com a Câmara, tudo bem. Portanto, estamos de acordo com esta proposta que nos trazem relativamente a esta alteração, absolutamente, nada há a opor, não só pela diminuição de custos, porque também diminui os custos, mas essencialmente pela possibilidade que dá e que bem explicou. Queria solidarizar-me com aquilo que disse aqui o Senhor Dr. Diamantino Santos, o Presidente de Junta de Coração de Jesus, para dizer-lhe que só poderá ter proferido uma coisa dessas, quem nunca foi Presidente de uma Junta de Freguesia. Jamais quem foi Presidente de Junta de Freguesia, ou viveu os problemas de uma Junta de Freguesia, ou até só numa Assembleia de Freguesia, jamais diria uma coisa dessas. Muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Não sei se há mais alguma questão que queiram colocar. Senhor Vice-Presidente, para responder então a alguma questão que lhe tenha sido colocada.-----

- **QUARENTA E SEIS - O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado uma vez mais. Eu só queria esclarecer o Senhor Deputado Ascensão do seguinte e eu vou-lhe ler esta proposta: “Assim, podendo proceder-se durante o corrente ano de dois mil e sete”, eu tenho assim, uma “memória de elefante” em alguns casos, é por isso que trago sempre os papéis, “à revisão dos zonamentos e dos respetivos coeficientes de localização, os Vereadores do Partido Socialista, “em dois mil e sete, os meus colegas com que tenho a melhor relação “propõem pelas razões atrás expostas que a Câmara Municipal de Viseu, recomende à CNAPU”, olhe que não foi imperativo, o próprio Partido Socialista diz assim: “Recomende à CNAPU”, Comissão Nacional de Avaliação dos Prédios Urbanos”: “Um – A delimitação de um novo zonamento para o Concelho de Viseu, definindo-se apenas seis zonas homogêneas a seguir indicadas: Zona Histórica a reabilitar; Zona até à primeira



circular, circunvalação; Zona até à segunda circular; Zona semiurbana; Zona semirrural e zona rural". Por exemplo, em Silgueiros, o Senhor Presidente da Junta está aqui. A Póvoa Dão é o exemplo mais gritante. A Póvoa Dão, que é um isolado, de grande qualidade, iria ter o mesmo coeficiente de localização do que uma casa lá no meio do campo. Não pode ser, e foi isso que nós rejeitámos de forma enérgica. Agora, aquilo que nós apresentámos à CNAPU, a grande parte das coisas, foram realmente aprovadas, outras não. Há estas situações como lhe disse: Na Avenida Cidade de Aveiro, de um lado da Avenida tem um coeficiente de localização, na mesma Avenida do outro lado tem outro, na Avenida da Bélgica, do lado onde mora o Vereador tem um valor elevado, no lado oposto tem um valor mais baixo. Até já pensei, e tinha proposto aos meus pais, mudarmos a casa para o outro lado, mas é um bocado difícil não é! Portanto, era isso realmente que lhe queria dizer. A Câmara fez atempadamente aquilo que realmente deveria fazer, mas não depende única e simplesmente da Câmara, nem desta Câmara, e repare também o cuidado do Partido Socialista da altura de recomendar à CNAPU. Não foi tão categórico como poderia deixar realmente transparecer das suas palavras. De qualquer maneira, eu penso que isto constitui também um bom incentivo no sentido, pelo menos as ampliações. Às vezes na aldeia, a pessoa quer ampliar a casa e é taxada de uma maneira muitíssimo mais suave. Realmente a justiça social faz-se através das obras e muito menos das palavras. Muito Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Vamos pôr à votação. Há quarenta e oito Senhores Deputados Presentes na sala. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Passamos ao Ponto Quatro, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre "HABISOLVIS-EM, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL-PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA-CONTRATO-PROGRAMA". Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

- QUARENTA E SETE - O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados. Isto trata-se da Habisolvis, como sabem é uma empresa Municipal saudável, e é obrigatório trazer aqui a contratação da plataforma eletrónica, por causa dos vários concursos. É apenas isso, uma coisa realmente muito simples, mas que terá que passar obviamente aqui pela Assembleia Municipal, e muito bem.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Pergunto só se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se querem pronunciar? Ninguém manifestou essa vontade. Vou por à votação. Portanto, continuamos com um quórum de quarenta e oito pessoas. Quem Vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Passamos agora ao Ponto Cinco, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre "CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DA C.M.V., DOS S.M.A.S. E DA HABISOLVIS". Dou também palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara.-----

- QUARENTA E OITO - O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Portanto, relativamente também a esta questão, os documentos são elucidativos da consolidação das contas da Câmara Municipal, dos S.M.A.S. e da HABISOLVIS-EM, e também nada tenho a acrescentar, a não ser realmente o pedido de aprovação porque realmente os documentos, são bem expressivos e bem claros. Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Tenho uma inscrição da Senhora Deputada Elisabete Farreca. Tem a palavra. Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria?-----

- QUARENTA E NOVE - A SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE ALMEIDA JESUS FARRECA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. No



Passado mês de abril esta Assembleia Municipal, já teve a oportunidade de apreciar e votar as contas da Câmara Municipal e dos S.M.A.S. de forma individualizada. No entanto, a Lei das Finanças Locais impõe que as referidas contas sejam igualmente apreciadas de forma consolidada para todo o Grupo Municipal. Entenda-se como grupo Municipal todas as entidades em que o Município detém a totalidade do capital. Assim, as contas consolidadas agora apresentadas, englobam a Câmara Municipal, os S.M.A.S. e a empresa Habisolvis-EM. Como já referi anteriormente e como disse também o Senhor Vice-Presidente e uma vez que as contas já foram individualmente avaliadas por esta Assembleia, não me irei alongar muito com a análise das mesmas. Não obstante este facto, gostaria apenas de realçar alguns aspetos que considero importantes. É de salientar assim, que o Grupo Municipal apresenta uma boa situação financeira, também como já foi referido várias vezes, conforme é possível comprovar pela análise dos documentos apresentados, observando-se mesmo uma melhoria significativa de dois mil e onze para dois mil e doze. Assim, o Passivo Total sofreu uma redução em cerca de dois vírgula cinco milhões de euros, o Passivo de Curto Prazo, diminui três vírgula oito milhões de euros, o Passivo de Médio/Longo Prazo, teve por sua vez uma diminuição de cerca de dois milhões de euros. Por outro lado, as Provisões diminuíram um vírgula dois milhões de euros. O Ativo do Grupo teve um aumento expressivo de cerca de cinco milhões de euros, com destaque para os Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa, cujo aumento foi de oito milhões de euros. Em termos dos resultados apurados, é possível constatar uma redução significativa dos custos de dois mil e onze para dois mil e doze, em cerca de três vírgula cinco milhões de euros. O aumento dos Proveitos, rondou os dois vírgula setenta e seis milhões de euros e que estas variações positivas, traduziram-se naturalmente num aumento do Resultado Líquido do Exercício em cerca de seis vírgula dois milhões de euros. Face ao exposto, entendemos que as contas consolidadas da Câmara Municipal, dos S.M.A.S. e da Habisolvis-EM estão em condições de serem votadas favoravelmente. Muito Obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados ou das Senhoras Deputadas querem colocar alguma questão? O quórum está o mesmo não houve nenhuma flutuação, quarenta e oito pessoas. Vamos passar então à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Passamos agora ao Ponto Seis, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU-ALTERAÇÃO DAS GOP NO PROJETO 2012/503 E 2012/649-CONCLUSÃO DO SANEAMENTO BÁSICO A BERTELHE E NELAS”. Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

- CINQUENTA - O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito Obrigado. Senhor Presidente, Senhores Deputados, também é algo relativamente simples, e vem aqui também por uma situação agradável. Nós conseguimos portanto, a integração deste investimento no “POVT”, no Programa Operacional de Valorização do Território e portanto, teríamos que fazer esta alteração, porque vamos contar com um apoio Comunitário de oitenta e cinco por cento a fundo perdido, cabe aos Serviços Municipalizados na parte elegível alocar os quinze por cento. Portanto esta é mais uma boa ação, que a Câmara realmente aqui deixa, o mesmo sucede na ETAR Viseu Sul, portanto, onde um investimento de cerca de quarenta milhões de euros, está já no terreno também com oitenta e cinco por cento de apoio da União Europeia, e também com a intervenção na altura do ex-Secretário de Estado, depois de uma grande luta lá em baixo. Portanto, eu peço também a aprovação. É por uma boa causa também. Muito obrigado.---

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar? O quórum está exatamente igual. Vamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Também *Aprovado por unanimidade.*-----



Passamos ao Ponto Sete. Eu penso que, não sei se o Senhor Amaro queria falar neste ponto? Ai não está cá! Ponto Sete, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “REGULAMENTO TABELA E TAXAS, LICENCAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICIPIO DE VISEU”. Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

- CINQUENTA E UM - O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito Obrigado Senhor Presidente. Também é uma alteração de pormenor no Artigo vinte e dois, não tem nada realmente de especial, e eu pedia também a aprovação.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Vamos à votação. O quórum é o mesmo. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Passamos ao Ponto Oito, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal ”PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 3 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL-ARTIGO 66º DA LOE 2013-RENOVAÇÃO”. Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

- CINQUENTA E DOIS - O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, eu pedia, uma vez que os Pontos Oito, Nove, Dez, Onze e doze se referem a procedimentos concursais que já estiveram presentes nesta Assembleia e que se arrastaram, e portanto o que nós vimos pedir era mais seis meses para concluir realmente esses mesmos processos. Portanto, não há aí nada de novo, são processos concursais que já foram aprovados aqui por esta Assembleia. Eu pedia realmente a aprovação para esses mesmos cinco pontos. Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Por uma questão de economia de meios, eu pergunto se sobre estes Pontos Oito, Nove, Dez, Onze e Doze, se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Não tenho nenhum pedido nesse sentido. Vamos então votar. O Ponto Oito. Vou por à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

O Ponto Nove ”SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU-PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO, PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO/ÁREA FUNCIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL “. Vou por à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Dez, “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU-PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO, PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR/ÁREA FUNCIONAL DE ENGENHARIA DO AMBIENTE (AVISO Nº23196/2011 DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº 228 DE 28 DE NOVEMBRO) ”. Vou por à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Passamos ao Ponto Onze, “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU-PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO, PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR/ÁREA FUNCIONAL DE ENGENHARIA DO AMBIENTE (AVISO Nº22624/2011 DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº 220 DE 16 DE NOVEMBRO) ”. Vou por à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ponto Doze, “SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU-PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO, PARA A CARREIRA E



CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR/ÁREA FUNCIONAL DE DESPORTO (AVISO Nº 22624/2011 DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº 220 DE 16 DE NOVEMBRO)”. Vou por à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Igualmente *Aprovado por unanimidade.* -----

Devem ter sido os cinco pontos mais rápidos que alguma vez aprovámos na história desta Assembleia, e felicito-os por isso também. A Ordem de Trabalhos está esgotada, não tenho nenhuma informação de que haja alguém do Público. Senhora Deputada, dou-lhe a palavra então para colocar a questão. Embora não saiba muito bem como é que regimentalmente hei-de encaixar a sua pergunta, mas depois resolvo a seguir.-----

- **CINQUENTA E TRÊS - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE)**: Eu aguardo. Não há problema. Estou aqui à sua espera Senhor Presidente. Como sabe eu também o respeito imenso e por isso..., sou breve. Até por a questão do respeito que temos quer institucional quer individual, eu acho que quem apresenta requerimentos nesta Assembleia, seja o requerimento do Bloco de Esquerda, do PS, seja de quem for, quando é apresentado por escrito que foi o nosso, deve ser sempre respondido no prazo de trinta dias, que é o que está no Regimento. Nós já sabemos muitas das respostas que estavam nesses requerimentos na altura, o problema é que alguns desses requerimentos já são de dois mil e doze e nunca obtivemos resposta. É só por isso que veio esta questão, e quando eu falei há pouco, um deles foi ainda em dois mil e doze, aliás quase todos em dois mil e doze, tinha a ver com o valor do funicular, já está a resposta dada mas o que eu pedia por uma questão até de respeito institucional, até porque eu sou professora e nós também, regemo-nos pelo Código de Procedimento Administrativo, quando se pede um requerimento é para ser respondido por escrito. Portanto, algumas das respostas eu já as sei, mas a minha chamada de atenção era nesse sentido. Nós metemos um requerimento, e agradecíamos que nos respondessem por escrito. Era só mesmo por isso. Obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Senhor Presidente da Câmara dou-lhe a palavra. Isto não estava no Regimento, mas pronto.-----

- **CINQUENTA E QUATRO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Muito obrigado Senhor Presidente. Só para dizer, que às vezes podia-se perder a atualidade nisso, por uma razão. Se meteu o requerimento em dois mil e doze, sobre os custos do funicular e se nós no final de dois mil e doze, lhos demos, por que é que havia de lhe estar a responder. Estou a justificar, porque é que nós havíamos de ter dado por escrito, quando foi dado aqui um posterior. Mas de qualquer maneira eu prometo-lhe, que se me quiser continuar a escrever eu dou-lhe a resposta.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Senhoras e Senhores Deputados, muito obrigado pela vossa presença, está encerrada nossa Reunião. O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às dezanove horas e vinte e oito minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)